

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Saberes e fazeres em Salvador e São Paulo

RENAN VIEIRA DE SANTANA ROCHA
(organizador)

EDITORA

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Saberes e fazeres em Salvador e São Paulo

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Saberes e fazeres em Salvador e São Paulo

RENAN VIEIRA DE SANTANA ROCHA
(organizador)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ro1 ROCHA, Renan Vieira de Santana (organizador).

Formação em Psicologia e população em situação de rua: saberes e fazeres em Salvador e São Paulo. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 165 p.

Série: Psicologia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996305-0-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.5716534

1 - Psicologia. 2 - População em situação de rua. 3 - Salvador. 4 - São Paulo.
I - Título. II - Rocha, Renan Vieira de Santana. III - Psicologia. IV - Série

CDD – 150

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
"Diz em que Cidade que Você se Encaixa, Cidade Alta ou Cidade Baixa?": Gentrificação e a População em Situação de Rua de Salvador/BA 17

CAPÍTULO 2 |
A Psicologia da Libertação e o Aquilombamento da População em Situação de Rua em Salvador/BA: Reflexões Através do Programa Corra pro Abraço 47

CAPÍTULO 3 |
Psicologia Social Comunitária e Saúde da População em Situação de Rua: Vivências da Psicologia à Redução de Danos 67

CAPÍTULO 4 |
Trabalho Psicossocial com Familiares de Pessoas em Situação de Rua: Uma Experiência em Psicologia Social Durante a Pandemia de COVID-19 89

CAPÍTULO 5 |
Acolhimento a Trabalhadores de Serviço Especializado em Abordagem Social no Estado de São Paulo: Um Relato de Experiência na Formação em Psicologia 111

CAPÍTULO 6 |
A Psicologia na Rua: Inquietações, Estereótipos e Desafios na Atuação Profissional com Pessoas em Situação de Rua 135

SOBRE OS AUTORES | 155

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Porque é essencial formarmos
psicólogas/os atentas/os à população em situação de rua?

A formação em Psicologia, hoje, é amplamente atravessada pelas questões que envolvem a luta por Direitos Humanos (DH) e Políticas Públicas (PP) que efetivamente atendam às necessidades da população brasileira. Contudo, isto se dá pelo reconhecimento de que partimos, historicamente, de uma Psicologia endurecida, forjada na Ditadura Civil-Militar Brasileira, pouco afeita às questões mais progressistas. É do lugar de uma reparação histórica ante os eventos de nosso passado que, portanto, estamos a falar.

Paralelamente, os estudos sobre a questão da raça e da saúde no Brasil também fazem provocações à Psicologia, quando compreendem o lugar da antropometria e da frenologia no Brasil e no pensamento psicológico primordial sobre tais questões, em que o negro fora constituído como sujeito "naturalmente degenerescente", "tendente à criminalidade e à loucura", sendo necessário "limpar o gene nacional" – todas expressões dos ditos estudos do racismo científico dos séculos XIX e XX em nosso país. Estes pensamentos criaram a base de projetos jurídico-institucionais nacionais, por exemplo, voltados ao encarceramento, à exclusão e à marginalização da população negra: criminalizou-se a capoeira, o samba, as "feitiçarias" (nome pejorativo dado às religiões de matriz africana), a "vadiagem", etc. Isto resultou em processos como o encarceramento em massa da população negra – nas prisões, mas também nos manicômios – e ao seu deslocamento compulsório para o espaço das ruas, seja na expressão de ocupações, seja na expressão do "viver na rua" propriamente dito.

Logo, com tais afirmações, queremos postular duas coisas que são pilares para o que se verá nesta obra: (1º) a base de formação

da população em situação de rua brasileira é total e absolutamente racializada; (2º) o pensamento psicológico nacional produzido no século XX produziu e/ou colaborou com tal formação, o que nos coloca o compromisso irrevogável de, desta forma, debruçarmo-nos na produção de saberes e fazeres psicológicos críticos, contemporâneos e contextualizados com as necessidades históricas e atuais de nosso povo. Pensar a Psicologia atenta e preparada para a atuação com a população em situação de rua, então, configurar-se-á como um dever ético-político em nossa profissão.

Com a pandemia do novo coronavírus, isto se destaca ainda mais. Se tomarmos a cidade de São Paulo como exemplo analítico, veremos que, em pesquisa produzida pela Prefeitura, em 2020, constatou-se que os homens constituem 85% das pessoas em situação de rua na capital paulista; e, deste total, 70% são pessoas negras. Desta forma, o homem negro, com média de 31 a 49 anos, é o perfil principal da pessoa em situação de rua neste cenário, que é constituído por um total de 24.344 pessoas nestas condições, 60% superior ao identificado em 2015, contingente que é 32% superior ao previsto pela Prefeitura para o período. Já no Rio de Janeiro, que também tomaremos como exemplo, por ter sido a única capital a produzir dados sobre esta questão durante a pandemia, em 2021, veremos que 31% das pessoas identificadas estão em situação de rua há menos de um ano, sendo 64% destes por perda de trabalho, moradia ou renda; portanto, durante a pandemia do novo coronavírus. Isso representa um aumento de 20% do contingente, em um intervalo de 1 ano e 3 meses, e deve servir como um alerta de que esta questão, inequivocamente, se tornará mais agravada ao longo dos próximos anos, e demandará da sociedade, e das diferentes profissões da saúde, a capacidade de lidar com a problemática em tela de maneira eficaz, eficiente, efetiva e contextualizada histórica e contemporaneamente com a sociedade brasileira.

E o que tudo isso provoca à Psicologia? A necessidade de pensar, profissional e academicamente sobre o tema; a capacidade de atuar na área, de forma crítica e atenta a estas variáveis; a observação de que o cuidado à população em situação de rua, quando pensamos estas questões no bojo dos DH e das PP, tem algo de *sui generis*, pelo (des)lugar da população em situação de rua; e a urgente compreensão/constatação de que é impossível cuidar clinicamente de pessoas em situação de rua sem essa perspectiva crítica; lócus em que esta obra, simultaneamente, se justifica e se localiza.

No primeiro capítulo da obra, de autoria de Souza Alves, Rocha e Rodrigues, vemos uma aguçada discussão sobre a formação da cidade de Salvador e sobre como esta formação produziu a população em situação de rua a partir das contradições inerentes ao processo de urbanização dos grandes centros urbanos, evidenciando, inclusive, os atuais processos de "revitalização" dos centros como justificativas para a continuada exclusão e marginalização das pessoas em situação de rua, expulsas dos centros para a direção das margens das cidades. Encontra coro na discussão presente no segundo capítulo da obra, de autoria de Paixão, Rocha e Rodrigues, em que se articula a discussão sobre o racismo estrutural como constituinte histórico da formação da população em situação de rua salvadorense e brasileira, e em que somos provocados, a partir dos estudos de Ignácio Martín-Baró, sobre como a conscientização e o aquilombamento desta população são importantes processos no sentido de sua libertação e da qualificação dos cuidados em Psicologia.

Nos terceiro e quatro capítulos da obra, vemos essa discussão transpor-se, com maior intensidade, para as variáveis que a pandemia do novo coronavírus impuseram diante dos modos de cuidado, em Psicologia, à população em situação de rua e seus familiares. O texto de Carvalho, Santiago, Rocha e Rodrigues debruça-se sobre uma interessante experiência de uso dos recursos

de comunicação, na pandemia, para o desenvolvimento de ações de redução de danos em Salvador, pensando possíveis reinvenções do saber-fazer psicológico. Iguais reinvenções, desta feita, veremos no texto de Lima, Rocha e Rodrigues, em que abordar-se-á sobre novos modos de cuidar de familiares de pessoas em situação de rua por meios remotos, postas limitações de circulação e aglomeração impostas pela pandemia ora vivenciada, destacando um caso acompanhado também na capital baiana.

Fechando a obra, transitamos das experiências desenvolvidas em Salvador para experiências desenvolvidas em São Paulo, destacadamente a partir de um Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e de um Centro de Acolhida (CA). No texto de Bernardo, Nascimento, Mendes e Rocha teremos um vislumbre de possíveis modos de cuidado não direcionados diretamente a usuários e/ou familiares dos serviços, mas aos seus próprios técnicos, no tocante a como estes vivenciam o cuidado a pessoas em situação de rua e a como estes podem, também, se (auto)cuidarem. Já no texto de Figueiredo, Cabral, Febraio e Rocha, que fecha a presente obra, veremos importantes contribuições sobre como os estereótipos construídos sobre a população em situação de rua podem figurar como impeditivos à oferta de um cuidado efetivamente comprometido com uma perspectiva crítica e emancipatória em Psicologia – erigindo desafios que, cremos, cabem a toda Psicologia se questionar.

Ao cabo e em síntese, cumpre-nos dizer que a presente obra é, portanto, fruto de seis experiências desenvolvidas em estágios na área de Psicologia, o que aponta a presente coletânea como um esforço de (re)afirmar a relevância desta discussão em um lugar que tomamos por essencial: a formação acadêmica e profissional de psicólogas e psicólogos. Se entendermos este lugar como espaço privilegiado de produção de boas práticas, poderemos construir profissionais que, em sua prática, produzam muito mais saúde e

bem-estar do que revitimização e estigma – fenômenos estes últimos com os quais a população em situação de rua já lida cotidianamente. Assumindo, assim, o relato de experiência como método basilar, apostamos no compartilhamento de boas práticas como horizonte formativo emancipatório, e esperamos, verdadeiramente, que este seja um manifesto pelo bom cuidado em Psicologia junto à população em situação de rua no Brasil. Por tudo isto, boa leitura!

Prof. Renan Vieira de Santana Rocha

(organizador)

CAPÍTULO 1

"Diz em que Cidade que Você se Encaixa, Cidade Alta ou Cidade Baixa?": Gentrificação e a População em Situação de Rua de Salvador/BA

"DIZ EM QUE CIDADE QUE VOCÊ SE ENCAIXA, CIDADE ALTA OU CIDADE BAIXA?": GENTRIFICAÇÃO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SALVADOR/BA

Anderson Felipe Souza Alves

Renan Vieira de Santana Rocha

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues

Salvador, capital do estado da Bahia, foi invadida em 1549 por Tomé de Souza, sendo este território batizado de São Salvador, tornando-se posteriormente a primeira capital do Brasil, sendo uma referência em construções e edificações com características no estilo colonial e renascentista, mas em transição para o barroco e o rococó (ROSADO, 1983).

A cidade é segmentada em dois planos por uma falha geográfica: "Cidade Alta" e "Cidade Baixa". A Cidade Alta, conhecida atualmente como Centro Histórico, se desenvolveu pelo seu potencial administrativo colonial, enquanto a Cidade Baixa cresceu por meio do seu núcleo comercial. Com a mudança da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, Salvador perde parte considerável de seu valor econômico, levando o Pelourinho[1] a um declínio econômico, gerando um abandono destas áreas e levando os olhares da classe alta baiana e dos investidores a novos espaços desenvolvidos a partir de uma arquitetura e urbanismo mais "modernos" (ROSADO, 1983).

[1] Muito embora o termo "pelourinho", originalmente, se refira a uma coluna de pedra, localizada normalmente no centro de uma praça, onde pessoas escravizadas eram expostas e castigadas, o termo, hoje, no estado da Bahia, é utilizado para referenciar a parte mais conhecida do Centro Histórico de Salvador.

No entanto, com a modernização do Porto de Salvador, já na última década do séc. XX, com ênfase na Cidade Baixa, possibilitou a expansão da área a partir de novos investimentos urbanos, bancários, mobiliários e a criação de novos empregos, essencialmente correlacionados ao turismo, elevando o Pelourinho, novamente, a uma espécie de "nova" potência econômica de Salvador; mas que logo voltou a deteriorar-se, com a construção do Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Nesta transição histórica e econômica, não só a cidade passou por transições, mas a população seguiu o ritmo da capital baiana, com movimentos migratórios do campo para a cidade grande. Deere e Medeiros (2007), em conferência quanto à questão da terra no Brasil, vão pontuar que o resultado disto é a favelização das cidades, o que gera uma pressão na infraestrutura e resulta em um crescimento das desigualdades.

Entretanto, devemos ir além na análise e perceber que há um movimento de ocupação desigual na cidade e, em especifico, no Centro Histórico, entre proprietários comerciais, moradores, o turismo e a população em situação de rua, que começa a se formar por meio desta busca de oportunidades na "cidade grande" e pelo crescimento do número de prédios antigos abandonados na região, servindo de abrigo e "ocupações irregulares" com finalidade de moradia; ou, com uma visão, ainda mais contemporânea do fenômeno, a criação e a valorização de novos espaços na capital baiana levou uma parte da população a uma desigualdade social, mas com roupagens humanitárias.

Os espaços das ruas do Pelourinho, por exemplo, permitiram e permitem, não obstante, a construção de novas identidades, transformando os espaços em locais de vida e de (re)construção de cuidados a partir das suas significações, histórias e culturas, considerando a singularidade de cada indivíduo. Quando se narra sobre as vidas que ali coabitam, se faz necessário considerar um

movimento de "revitalização", que se repete historicamente, sempre valorizando menos as histórias e os vínculos, e mais o investimento e giro de capital. Essa população, desautorizada no território, muitas vezes é forçada a migrar para outros territórios ainda mais precarizados, sem presenças efetivas de políticas públicas que permitam uma qualidade de vida saudável.

Tais percursos nos abrem espaços para pensarmos, desta feita, sobre o processo de *gentrificação*, que, segundo Bataller (2000 *apud* 2012, do original em espanhol), "consiste en una serie de mejoras físicas o materiales y cambios inmateriales – económicos, sociales y culturales – que tienen lugar en algunos centros urbanos viejos, los cuales experimentan una apreciable elevación de su estatus".

Abrantes, Vainer e Maricato (2002) complementa tal noção, ao dizerem-nos:

> Digamos, retomando o argumento, que a gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado (p. 31).

Apontando o crescimento imobiliário, econômico e turístico, com a revitalização desses espaços tidos como antigos, não foram desenvolvidas ações visando a população que ali ocupa, pensando a realidade do Centro Histórico de Salvador. Logo, pensando por esta perspectiva, para quem se destina, então, a dita *revitalização*?

Vale registrar que o Pelourinho passou por uma revitalização parecida nos anos de 1992, com o então Governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães (popularmente denominado como ACM), em um projeto totalmente focalizado no turismo, após adaptações no projeto inicial elaborado pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Em 2017, o então Prefeito ACM Neto (neto do ex-governador de mesmo nome), decidiu por lançar o projeto Salvador – 360º, que, em seu 4ª eixo, denominado de "Centro Histórico", visa a requalificação não só do Pelourinho, bem como de todo o centro comercial da cidade, abrangendo áreas como: Barroquinha, Praça Castro Alves, Praça da Sé, Rua Chile, Terreiro de Jesus, Bahia de Todos os Santos, Praça Visconde de Cayru e Praça Marechal Deodoro. Estes territórios selecionados têm ampla importância cultural e histórica para cidade, mas também abrigam considerável quantidade de pessoas em situação de rua, que ali transitam, trabalham e moram.

A ideia do projeto supracitado visa ao desenvolvimento de ações que facilitem a mobilidade urbana na região e que qualifiquem a habitação, mas o que se observa desde que o projeto foi lançado é que quem tem se beneficiado são os grandes empresários. Esses benefícios se deram principalmente a partir da aprovação da Lei Ordinária, de Nº 9.215/2017, nomeada de "Revitalizar", oferecendo benefícios como Redução do Imposto Sobre Serviço (ISS), para empresas que se instalarem na região, estratégia utilizada para atrair investidores e financiamento para a região; Isenção do Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV), facilitando a compra e venda dos imóveis na região; Remissão de dívidas com o município; Redução de 50% do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU), futuro da propriedade do município, dentre outras ofertas – todas com nítido caráter de ocupação comercial da região, o que, per si, não demonstra um processo de revitalização do espaço para uso comum e citadino, mas para uso investido de capital.

Desta maneira, por pressuposto, mas em atitude desatenta, deveríamos *louvar* tal atitude, se pensarmos que as pessoas que já habitam os casarões antigos da área seriam contempladas com tal legislação e incentivos; mas, na prática, tais vantagens não foram concedidas, e os privilégios destinaram-se (como usualmente vemos) às grandes empresas, como, por exemplo, as do ramo hoteleiro, instalados recentemente no antigo prédio do jornal *A Tarde*, na praça Castro Alves, e outro entre as ruas Chile e Avenida Sete. Outra tática utilizada pelo poder público, logo se vê, é a concentração de todos os serviços públicos na Cidade Baixa, resgatando a ideia inicial de fazer do centro uma potente área comercial, com implantações de novos museus nos casarões, os quais já se encontram com obras em andamento, abrigando, além destes, cafeterias e espaços para eventos culturais.

De modo paradigmático, com a recriação urbana desses espaços, o que se torna moradia e comércio para uns, é sinônimo de "passar a oferecer perigo" para outros, quando pensamos na população em situação de rua, o que nos leva a nos depararmos com a invisibilidade e, concomitantemente, com a hipervisibilidade de tal população, mas que segue sendo ignorada, estigmatizada, marginalizada e excluída, vista como um conjunto desconcertante de corpos que causa incômodo à ordem pública. Falar de quem vive na rua, por tudo isto, é retratar a invisibilidade da experiência do *ser*. As diversas obras executadas no espaço urbano público tendem a empurrar quem ali habita para espaços mais "sombrios". Esse movimento não é só metafórico, como visível: na Praça da Sé, um dos pontos históricos mais famosos do Pelourinho, observa-se de um lado, mais escuro e sem destaque, diversas dinâmicas de sobrevivência; do outro lado, mais iluminado, um fluxo de mobilidade diferente e dito mais "civilizado" (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002; MATTOS; FERREIRA, 2004).

O objetivo deste artigo, assim, é realizar uma discussão crítica, de tipo teórico/-conceitual, articulada com as vivências junto a esta população, a partir da atuação em um programa específico da cidade de Salvador voltado, para a população em situação de rua. Nosso intuito, motivado pelas observações sobre os efeitos da gentrificação na população acompanhada durante as práticas de estágio, é refletir sobre a necessidade de inserção da Psicologia junto à defesa ético-política dos segmentos politicamente minoritários de nossa sociedade – aqui, especificamente, a população em situação de rua (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002; MATTOS; FERREIRA, 2004).

MÉTODO

Este artigo foi desenvolvido a partir da experiência de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, junto ao Programa Corra Pro Abraço, na cidade de Salvador, Bahia. O Programa, que iniciou suas atividades em 2013, tem como objetivo a promoção da cidadania dos usuários de substâncias psicoativas em situação de rua, proporcionando acesso às políticas públicas, através de estratégias de cuidados no espaço da rua. No período da prática aqui descrita (março a julho de 2019), as unidades se subdividiam em três espaços distintos, a saber: a Sede e duas Unidades de Apoio na Rua (UAR) em duas praças, com equipes multidisciplinares, envolvendo Redutores de Danos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Advogados e Arte-Educadores, entre outros (CORRA PRO ABRAÇO, 2016). Esta subdivisão visava não só ofertar um espaço fixo de acolhimento às pessoas assistidas pelo programa, como também possibilidade o acesso à saúde e a direitos básicos, em termos da cidadania, sendo este acesso mediado pelas/os profissionais e estagiárias/os atuantes no programa, em seus diferentes locais

Assim, o estágio, realizado em parceria com a Universidade Salvador (UNIFACS), possibilitou, através das vivências semanalmente realizadas, o desenvolvimento de plantões de acolhimento e de escuta clínica em Psicologia. Com a finalidade de avaliar o modo de vida das pessoas e as transformações no espaço, foi utilizada a observação participante de inspiração etnográfica, bem como o diário de campo para registro das vivências, de modo a, posteriormente, recorrer, discutir e revisar os significados construídos pela vivência em campo.

A partir da análise dos dados produzidos durante as práticas realizadas, articularemos tais experiências com um conjunto selecionado de autoras e autores que vislumbram uma leitura do fenômeno que é o "estar na rua", a partir de diferentes prismas teórico-críticos. Por esta perspectiva é que justificamos também o método do presente trabalho como um Ensaio Teórico-Crítico (LARROSA, 2003; ADORNO, 1986): pelo que vivemos, não caberia nem tão somente descrever o vivido, sem produção de análises teóricas, como não caberia, em igual maneira, produzir uma análise teórica descolada da realidade. Assim, nos termos apresentados por Meneghetti (2011), queremos, posicionando-nos enquanto ensaístas, subscrever este tópico defendendo a ideia de que:

> O ensaísta precisa transgredir a forma convencional e tradicional de pensar a realidade, pois só assim pode gerar conhecimento original e diferenciado. *O ensaísta é, antes de tudo, experimentador e não reprodutor de conhecimento ou produto de reflexões presas à formalidade do método* (MENEGHETTI, 2011, p. 330-331, grifo próprio).

Ainda quanto ao Método, vale um último registro de que os próximos tópicos serão escritos em primeira pessoa do singular, no intuito de presentificar a vivência do primeiro autor deste texto, enquanto estagiário do Programa e, consequentemente, principal porta-voz do estudo aqui presente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Onde é o meu lugar?" – Leituras Deambulantes sobre a Contraditória Invisibilidade e Hipervisibilidade do "Estar na Rua"

Se a população em situação de rua não possui uma casa, que tipo de relação se estabelece com o espaço, de forma a reproduzir vidas diariamente? Para responder a essa questão, é primordial compreender o conceito de exclusão social, que, segundo Escorel (1999), "pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer situação" (ESCOREL, 1999, p. 21).

Todavia, podemos ir além do conceito apresentado acima, se observarmos que a exclusão social, como fenômeno, ergue um muro que invisibiliza uma (ou mais) minoria(s) (VÉRAS, 2001). Conforme a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua – PNPSR (2008), veremos:

> A rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu habitat, propriamente dito,

> onde encontra-se estabelecida uma intricada rede de relações (PNPSR, 2008).

Pensar em um sujeito em situação de rua, a partir da perspectiva da exclusão social, portanto, é analisar uma pluralidade de aspectos que tem fatores multifacetados, e em diferentes realidades vivenciadas. Silva (2006) vai apontar para a existência de três fatores, destarte, que conduzem uma pessoa à situação de rua: (1º) Estruturais, correspondentes à ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.; (2º) Biográficos, como alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.; e (3º) os Fatos da Natureza ou Desastres Naturais, tais como: terremotos, inundações e etc.

A partir do observado nos campos de prática do estágio, a desapropriação, muitas vezes mediada pelo Estado, parece ser também um fator que se adequa ao que Silva indica dos "fatores estruturais" que podem estar envolvidos na transição de uma pessoa para situação de rua. Para os objetivos deste trabalho, a desapropriação indevida se torna um fator de análise importante (ou um fator agregado que amplia o sentido analítico estrutural) para pensarmos os movimentos de desterritorialização e gentrificação, aqui associados com a prática da "limpeza social".

Buscando a compreensão do sentido de sobrevivência nas ruas, em todas as minhas escutas, inclui a inquietação de "como é viver na rua?". Durante o período de estágio no Corra Pro Abraço estive em espaços diferentes de atuação do projeto: uma praça do Centro Histórico de Salvador e na casa/sede do programa, espaços nos quais me deparei com diferentes relatos das ruas e da vida, desde os movimentos migratórios do interior da Bahia e de outros estados para a capital, até a desapropriação indevida por parte do setor

público de diversas moradias denominadas pela lei como "irregulares".

Assistidos com histórias como a de uma gestante de 8 meses, natural de São Paulo, moradora das ruas desde os 8 anos de idade, que relata: "É como aquele ditado, para viver é preciso matar um leão por dia. Nas ruas, temos que matar três leões, temos que matar o frio, temos que matar a fome, temos que matar a violência" (Diário de Campo, 2019). Assim, como um aspecto comum entre os que ali convivem, é pensar a rua como constituinte da identidade e da subjetividade, e perceber o espaço enquanto local de presença da violência, mas também transformador de vidas, produção e reprodução de afetos, cuidados e significados (VIEIRA; RAMOS BEZERRA; MAFFEI ROSA, 1994; MATTOS; FERREIRA, 2004).

Conforme nos diz Arendt (1958), o ser humano tem três atividades fundamentais: o *Trabalho*, relacionado aos processos biológicos; a *Obra*, correspondente à não-naturalidade da existência humana; e a *Ação*, atividade que ocorre diretamente entre os homens conforme a pluralidade da existência humana. A autora ainda complementa que, para além das condições de vida que são dadas aos homens, constantemente eles criam as suas próprias condições. Assim, Arendt e Kroh, em "*Eichmann* em Jerusalém – Um Relato sobre a Banalidade do Mal" (1963-1964), vai defender a ideia de como a sociedade permite o desenvolvimento de determinadas ações sem o devido questionamento social, naturalizando olhares e julgamentos morais, em defesa de projetos, muitas vezes, mortíferos:

> [...] sua consciência ficou efetivamente tranquila quando ele viu o zelo e o empenho com que a "boa sociedade" de todas as partes reagia ao que ele fazia. Ele não precisava "cerrar os ouvidos para a voz da consciência", como diz o preceito, não porque ele não tivesse nenhuma consciência, mas porque sua

> consciência falava com "voz respeitável", com a voz da sociedade respeitável à sua volta. (ibidem, p. 143).

Entretanto, ao pensar o espaço das ruas, por essas perspectivas de ideias, veremos que o modo de sobrevivência para quem ali convive é a todo tempo posto a julgamentos e a sentenças, por quem atravessa as praças ou cruza a cidade, seja de veículo ou a pé, tornando perceptível os olhares e a naturalidade na forma do "ser visto" como sujeito em situação de rua – quase que destituídos de sua humanidade.

O espaço urbano deve ser pensado enquanto constituinte de sentidos e cultura; sentidos e culturas estes também atravessados por políticas e práticas que invisibilizam alguns cidadãos. Mas que ser humano é este que, ao mesmo tempo em que é excluído por uma sociedade, as pessoas conseguem vê-lo com tanta naturalidade ocupando deste modo uma praça como moradia? Refletir sobre a dignidade humana, assim, é perceber o quanto esse conceito atravessa a cidade e não necessariamente produz movimentos de ruptura.

Quando tratamos de pessoas em exclusão social, marginalizadas e em constantes movimentos de afunilamentos para áreas onde as políticas públicas de saúde, educação e saneamento básico, por exemplo, não chegam de forma igualitária, retratamos o que Foucault vai trazer em "A História da Loucura" (1978); quando surgiu o hospital geral, eram tidos como insanos todos os que feriam a moral e os bons costumes da época, com rótulos de improdutivos para a sociedade, sem a capacidade de contribuir com o desenvolvimento social. Loucura, assim, era sinônimo de *improdutividade* (FOUCAULT, 1978). Hoje, o movimento imposto às populações vulnerabilizadas e desterritorializadas dos espaços onde já possuem vínculos e redes sociais e afetivas, parece ter

motivações semelhantes com a lógica iluminista e produtivista que Foucault nos alerta.

A tentativa de tentar traduzir onde é o lugar de cada sujeito é recordar-se que existe, destarte, uma declaração que defende que todos os seres nascem livres e iguais em dignidade e direitos, mas por algum momento ou circunstâncias esses sujeitos perdem essa liberdade. Uma das pessoas acompanhadas, uma criança de doze anos, foi morar em uma praça pública após a Secretária Pública de Defesa Civil derrubar diversos "barracos"[2] em uma comunidade de Salvador. O mesmo costumava retratar a rua como um espaço violento, sem nada a oferecer ou a proporcionar, enfatizando sempre as inseguranças da praça (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Vemos, neste breve exemplo, como que os direitos à vida, à segurança e à saúde vêm sendo percebidos como constantemente violados nestes espaços, ainda que a atual PNPSR, elaborada em 2008, garanta e defenda tais direitos. Suas diretrizes promovem a defesa, por exemplo, do debate sobre a igualdade social, de gênero e de raça, e aponta para diversas estratégias e ações a serem desenvolvidas compreendendo os fatores estruturais, biográficos e naturais implicados no estar na rua.

Contudo, o olhar para o outro e o perceber que ali resiste uma vida humana não depende de nenhum documento, mas sim que o próprio ser humano, ao cruzar com o outro, compreenda que ali constitui-se uma vida, em suas histórias e lembranças e que aqueles espaços, constantemente habitados, também são espaços produtores de vidas, sob a constante marca da resistência e da própria sobrevivência (VIEIRA; RAMOS BEZERRA; MAFFEI ROSA, 1994; MATTOS; FERREIRA, 2004).

[2] Termo genérico que se refere a qualquer casa muito simples, rústica, com instalações precárias. Comumente, é uma expressão utilizada, no senso comum, para descrever habitações de favelas e/ou de ocupações ditas como "irregulares".

"Correr para o abraço de quem?" – Práticas e Políticas para a Promoção da Saúde e a Oferta de Cuidados Intersetoriais para a População em Situação de Rua

Partindo da perspectiva de se pensar em um sujeito a partir das suas condições e em como o espaço tem transformado e guiado o seu modo de viver, para começar, devemos tratar das questões de saúde, os impactos que a mesma sofre e as possíveis estratégias de cuidados e acolhimento aqui implicadas. Inicialmente, quando tratamos de saúde em uma perspectiva pública, devemos sempre nos recordar que existem princípios que orientam nossas práticas: Universalidade, que garante o acesso de todos os cidadãos aos serviços públicos e ações em saúde de forma igualitária; Equidade, proporcionando mais a quem mais precisa; e Integralidade em todos os níveis de atenção (BRASIL, 2014).

Seguindo o que está prescrito na PNPSR, tanto gestores quanto profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) devem garantir e adequar ações e serviços em saúde de forma a que venham a diminuir os impactos do convívio na rua e garantir atendimentos sem preconceitos, no sentido dos princípios citados acima. No entanto, é perceptível o quanto equipes de saúde ainda mantém um olhar reducionista para a população em situação de rua, não atentando de maneira regular às suas condições materiais e concretas, bem como às necessidades em saúde decorrentes destas mesmas condições.

No documento, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, "Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua: Conceitos e Práticas para Profissionais da Assistência Social" (2016), cita-se uma pesquisa, de 2008, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – atualmente extinto – sobre as condições de saúde desta população, onde 29,7% dos entrevistados afirmaram

ter algum tipo problema de saúde, porém o uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA) não é abordado diretamente. Contudo, compreendemos que o uso de SPA faz-se presente sobremaneira, e provém um sentido protetivo, em que, apesar dos possíveis danos causados à saúde do indivíduo, em termos de um possível uso abusivo, as mesmas tendem a causar impactos tidos como "positivos", como a redução do frio, da fome, do cansaço, e proporcionar um sentido de segurança para garantir a sobrevivência. É neste aspecto que retomamos a ideia de Perlman (2003), e passamos a compreender que muitos dos que ali vivem servem, com fins de sobrevivência, como instrumentos marginalizados também pelo/para o tráfico de drogas – debate que nos leva à reflexão da ineficácia da "guerra às drogas", e às possíveis correlações deste fenômeno com a questão do "estar na rua".

O fortalecimento das ações de atenção à saúde mental e ações em saúde na atenção básica, como exemplos da ampliação de oferta de cuidados a esta população, vem se fazendo cada vez mais necessário, pois são, na maioria das vezes, a porta de entrada para ações que venham a diminuir os impactos negativos da experiência de viver na rua e a viabilizar a promoção da saúde e os cuidados de doenças de alto impacto frente a essa mesma população (AMARANTE, 2007; FIORATI *et al*., 2014; HALLAIS; BARROS, 2015; JARDIM; LÓPEZ, 2013; SANTANA; ROSA, 2016).

As ações em saúde e as ações territoriais pautam-se na articulação de diferentes políticas públicas, visando além do bem-estar e da qualidade de vida, a proteção e o asseguramento de direitos do cidadão; a redução de danos e da desigualdade social, bem como o acesso à justiça – por vias não criminalizatórias, inclusive. Oferecer atenção à população em situação de rua, portanto, é desenvolver e possibilitar práticas visando um sujeito com acesso a atenção e cuidados desenvolvidos em rede, inclusive para que possamos analisar a rede além dos serviços oferecidos pelo SUS,

mas sim em uma perspectiva intersetorial (FIORATI *et al*., 2014; HALLAIS; BARROS, 2015; JARDIM; LÓPEZ, 2013; SANTANA; ROSA, 2016).

Além disso as políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quanto articuladas junto ao SUS, possibilitam uma visão integrada do *ser humano*, como um sujeito que está para além dos cuidados em saúde e que precisa ter acesso garantido e igualitário a moradia de qualidade, ao direito de ir e vir na cidade, e à proteção assegurada para que não se tornem vítimas da violência urbana e/ou venham a somar com os dados de violência do município (FIORATI *et al*., 2014; HALLAIS; BARROS, 2015; JARDIM; LÓPEZ, 2013; SANTANA; ROSA, 2016).

Aqui, novas narrações de assistidos emergem, nos convocando e provocando a dispor de uma escuta presente, demandando de um acolhimento contínuo. Um dos assistidos, por exemplo, narra os dilemas familiares e as estratégias criadas e desenvolvidas para lidar com as situações vivenciadas na rua, e o quanto busca ser resiliente na vida, estudando dilemas do Direito para auxiliar o próprio filho, frente a questões judiciais. Inicialmente, a questão levantada difusa quanto ao tema abordado, mas quando miramos a leitura atenta das entrelinhas de um caso como este, percebemos o quanto essas pessoas demandam de um espaço para serem reconhecidas enquanto portadoras de uma história, e de capacidade de produção de conhecimento e autorrepresentação.

Neste contexto, inclusive, discutir "família" é outro ponto também central, onde pensar nas relações construídas e descontruídas a partir do espaço da rua é discorrer sobre o quanto essas relações podem, por exemplo levar pessoas para rua após conflitos internos: desavenças por herança; após uma mãe decidir que não cuidaria mais dos filhos, em detrimento de um relacionamento abusivo; pelas questões envolvendo tráfico de drogas em geral; desavenças com a ex-esposa e os filhos; até mesmo

quando é desabrigada uma mãe com suas crianças, após uma ação de desapropriação por parte da Prefeitura – todas situações verídicas, acompanhadas no cotidiano das práticas (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

As famílias, nestas situações, podem assumir um papel duplo, envolvendo construções e disfunções, mas também, se cuidada, deslocando-se de um papel de "braço que empurra para a rua" pode o de um "abraço que tira da rua". Nessa linha, o Artigo 226 da Constituição Federal de 1988 vai preconizar a família como a base da sociedade; já o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2008) retratará que:

> [...] é preciso avançar na compreensão das dificuldades que as famílias em situação de vulnerabilidade social têm para oferecer tal ambiente aos seus adolescentes, *premidas pelas necessidades de sobrevivência, pelas condições precárias de habitação, saúde e escolarização, pela exposição constante a ambientes de alta violência urbana*, dentre outros fatores (ibidem, p. 30, grifo próprio).

Pensando o terreno das práticas, as questões apontadas até aqui podem ser trabalhadas através das oficinas ou atividades de grupo, em sua maioria, visando o trabalho a partir das narrativas ou da relação tempo-espaço, corpo e fala (RIBEIRO, 1994). Podendo ser, desta forma, o campo fenomenológico para o sujeito, o qual ele pode tomar consciência das suas experiências no momento da ação. No processo grupal, a/o psicóloga/o pode atingir um maior número de pessoas ao mesmo tempo, se preocupando, desta forma, em como a formação de cada grupo vai variar conforme a experiência dos

participantes, podendo assim ser composta de familiares, amigos, trabalhadores, dentre outros (RIBEIRO, 1994).

As oficinas em saúde tem o potencial de ofertar um espaço de pertencimento a partir da relação de cuidados com a situação de rua, e de cuidarmos do indivíduo não apenas a partir de problemáticas físicas, mas considerando que ali se apresenta um sujeito que tem seu lado emocional e sua saúde mental que precisam ser cuidados, alguém que precisa de um espaço de fala, no qual possa ser escutado e acolhido (RIBEIRO, 1994). Sobre isto, em "Direitos Humanos e Saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos" (2017), é sinalizado ainda que: "[...] uma abordagem da saúde baseada em direitos humanos fornece estratégias e soluções para tratar e corrigir desigualdades, iniquidades, práticas discriminatórias e relações de poder injustas que, frequentemente, induzem a resultados de saúde desiguais" (OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Para além das questões já apresentadas, o uso de drogas também figurará como questão central ao pensarmos em ofertas de cuidados à saúde das pessoas em situação de rua. A atual conjuntura política do país, no entanto, reflexo de um momento caótico, onde o plano de governo visa à abstinência total do sujeito usuário de SPA, faz com que seja necessário, aqui, discorrermos sobre a Redução de Danos (RD), um dos pilares do Programa. Buscando minimizar os efeitos negativos e as consequências do uso abusivo de drogas, a RD tornou-se uma estratégia em saúde pública, na qual intenta-se ofertar ao usuário a possibilidade de um uso das drogas de modo mais consciente, por meio de mecanismos que reduzam os danos e males à sua saúde, adotando comportamentos mais seguros e conhecimentos quanto ao uso que é feito. Isto pode ocorrer através de informação, psicoeducação, troca de materiais descartáveis, entre outros (INGLEZ-DIAS *et al*., 2014; NEIL; SILVEIRA, 2008; SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010).

É muito comum, quando estamos na rua, nas praças ou na sede do Programa, realizando uma escuta junto às assistidas e assistidos, ouvir termos como "facção" ou "tráfico", que muitas vezes eles não podem voltar ao seu bairro de origem por complicações com o tráfico local, ou não podem se dirigir a uma outra praça por questões de "rivalidade" (VIEIRA; RAMOS BEZERRA; MAFFEI ROSA, 1994; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002; MATTOS; FERREIRA, 2004). Junto a isso, existe uma questão de acessibilidade aos termos e aos serviços de justiça, seja por receios quanto a alguma pendência legal com a justiça que não tenham conhecimento, além da própria natureza excludente da justiça, visível no seu linguajar específico e nos seus espaços restritos. Para dar conta desse tipo de demanda, o Programa dispõe de Educadores Jurídicos, técnicos formados em Direito, que cumprem um papel de acompanhar esses sujeitos nos espaços e atendimentos jurídicos, bem como facilitando o acesso aos conhecimentos jurídicos, minimizando possíveis ações que venham a (re)marginalizá-los.

Em paralelo a toda discussão atual sobre os cuidados em saúde mental, uso de drogas e o tráfico, preconizados por uma nova perspectiva de cuidado, percebe-se que além do poder público municipal, o federativo também tem buscado silenciar a população em situação de rua, reforçado os condicionantes de invisibilidade do sujeito marginalizado, ao desenvolver políticas públicas sem interrogar ou promover discussões envolvendo os maiores interessados: os habitantes dos locais visados pelos órgãos de governo. Enquanto o governo municipal intenta, por exemplo, e muitas vezes, levar estas pessoas para bairros cada vez mais distantes, o governo federal busca as internações involuntárias das pessoas em situação de rua – muitas vezes sem uma confirmação expressa do uso abusivo de drogas, "justificativa" utilizada para a internação compulsória – o que acarreta em consequências diretas à vida destas pessoas, vulnerabilizadas socialmente.

Não obstante, há também dificuldades em estudar e produzir dados sobre esta população. Mapear a população em situação de rua e levantar dados quantitativos exatos tem as suas implicâncias pela dificuldade de endereço exato, respostas fidedignas ou até mesmos pelas condições de saúde mental que as pessoas vão apresentar. Conforme uma destas poucas pesquisas, realizada pelo Ministério da Saúde, realizada em 2014 (BRASIL, 2014), 29,7% dos entrevistados afirmam ter algum problema de saúde, 32,6% usam a própria rua para tomar banho, 31,4% recorrem a albergues/abrigos, 14,2% recorrem a banheiros públicos e 5,2% recorrem a casa de parentes ou amigos. Nesta, percebe-se ainda que se trata de uma maioria de homens e de negros.

Isto é reflexo da precariedade em que se vive, reafirmando a importância do contêiner[3] na praça (a Unidade de Apoio na Rua), que está para além da oferta de dispositivos de Redução de Danos, práticas integrativas em saúde ou acolhimento (INGLEZ-DIAS *et al*., 2014; NEIL; SILVEIRA, 2008; SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010). É perceptível que o sujeito se encontra tão banalizado por uma ótica multissetorial, que se percebe através das falas como o processo de gentrificação na cidade tem sido maquiado pelos órgãos públicos e repassados como algo positivo para todos os cidadãos, sem uma observação atenta à população em situação de rua. Um dos assistidos do Programa, por exemplo, morador de rua há mais de 20 anos, em encontro e diálogo na praça onde costuma "viver a vida", comemora a entrega de um novo albergue na cidade de Salvador e demonstra alegria ao compartilhar a informação com os outros moradores.

Juntos, fomos mapear os endereços dos albergues na cidade, e ele havia informado a nós que existiam cerca de oito albergues,

[3] O projeto funciona, também, a partir de contêineres localizados nos cenários das práticas, que ofertam às pessoas condições básicas de higiene pessoal, inclusive como instrumento de acolhimento e vinculação inicial.

mas em um mapeamento mais detalhado, posteriormente, foram constatadas cerca de quatro unidades em toda a cidade, e o mais curioso é que as mesmas são implantadas em pontos distantes dos quais eles costumam viver. Logo, o que se encontra morando no Centro Histórico, ponto turístico da cidade, para ter uma noite dita "segura", precisa se deslocar para outros lados da cidade, periféricos, o que os coloca ainda mais à margem das cidades, quando não se inviabiliza pelo fato do deslocamento configurar-se como uma dificuldade, frente ao precário acesso aos ônibus na cidade.

O fato é que, muitas vezes, aquele território, por ser ponto turístico, pelo alto índice de pessoas circulando, serve como mecanismo de faturamento para eles – e que "faturamento", aqui, não seja visto ou entendido apenas através da prática de furtos ou roubos (o que também é possível), mas do "ganha-pão" em geral de cada cidadão, através da água, de doces ou do picolé, e, por que não dizer, do sexo, quando as luzes da cidade se apagam. Muitas mulheres e travestis acabam se submetendo à prostituição justamente pelo atrativo que o corpo pode produzir e pela rentabilidade que está ação pode proporcionar (KULICK; GORDON, 2008).

Quando intitulamos, assim, este tópico de "Correr para o abraço de quem?", o fazemos como um convite a todos os leitores, a pensarmos e refletirmos sobre que espaço é esse que – enquanto cidadãos de uma cidade, ou profissionais das políticas públicas, seja da saúde, do direito, da assistência social, dentre outras categorias profissionais – em sua potência de provocar atravessamentos no sujeito, está sendo efetivamente proporcionado àqueles que são tidos como minoria? Que cidade é essa planejada e ofertada a nós, como povo que confere a ela vida? É nítido que esta é uma relação, quando pensada profissionalmente na relação com a população em situação de rua, que se pauta a partir da confiança entre o assistido e o profissional que ali se dispõe, relação essa construída e iniciada a partir do convívio entre ambos, das relações de afetos criadas, muitas

pela referência em que o profissional se torna para o sujeito pelo simples ato de escutar – mas ambos como corpos circulantes pelas cidades, efetivamente quase nunca pensadas para nós, por nós, conosco (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

Faz-se necessário, deste ponto, pensar a partir de uma lógica de antítese da exclusão social, defendendo a reinserção social, onde possamos reforçar a ideia de que a população em situação de rua e sua decorrente estigmatização são sinônimos de uma sociedade que não compreende as cidades como um direito humano. Se partirmos do direito à cidade como horizonte de nossas práticas, seremos capazes de atuar de modo a que possam aqui serem vistos, estas pessoas que vivenciam a concretude do "estar na rua", não mais como sujeitos marginalizados, mas como seres integrantes e contribuintes para a formação de uma cidade, e produzir junto à cidade garantias de acesso aos direitos e oportunidades de maneira justa e equânime para todas e todos (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das experiências vividas, pude constatar como o processo de gentrificação, que para uns é tido como fator positivo pelos benefícios econômicos, turísticos e sociais da transformação do espaço, pode ser fator negativo, onde o que deveria ocorrer em um planejamento com um olhar voltado às minorias ou a quem ali já ocupa, é tido como fator de repreensão social por meio das suas consequências e dos prováveis caminhos que, através das ruas, os sujeitos tendem a tomar.

O que chama atenção em todo o Programa 360º, da Prefeitura de Salvador, como símbolo dos disparates que acusamos, é que não foram criadas estratégias para potencializar a cultura ancestral, raiz,

trazida pelos negros escravizados, por exemplo, em consonância com as dos povos originários que aqui viviam, respeitando a cultura e a história de formação da cidade de Salvador; não se visualizam estratégias de provimento de moradias de qualidade para quem já vivia nos casarões agora mercantilizados, ou para os diversos moradores de praças, becos, ruas e vielas, em torno das áreas escolhidas para passar pela *limpeza social* (mascarada de *programa social*), visando exclusivamente o turismo soteropolitano e a capitalização dos ganhos proporcionado por tais ações.

Ter como base a experiência de adentrar um programa como o Corra Pro Abraço, que tem um público bem diversificado (desde migrantes urbanos e usuários de SPA até a usuários de serviços de Saúde Mental), proporcionou um enriquecimento de um olhar para a cidade como objeto de análise da Psicologia e de uma prática voltada para a população em situação de rua, bem como um olhar para os atravessamentos que o espaço proporciona tanto a profissionais quanto aos assistidos ou usuários de um serviço, em termos do desenvolvimento de suas subjetividades.

Ao discutir Gentrificação, a relação do sujeito com o espaço e o quanto isso afeta a população em situação de rua, de dentro da Psicologia, deparo-me com uma limitação expressiva de recursos teóricos e técnicos necessários para fomentar tal discussão, fazendo-se necessário a construção de um saber a partir do diálogo entre outras áreas como: Antropologia, Direito, Sociologia, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo; todas com a Psicologia. Sugerimos, assim, que mais estudos sejam desenvolvidos a nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, que permitam o crescimento deste campo de estudos, contribuindo para a execução de políticas públicas e incentivos para essa população,

E, por fim, o título desta pesquisa, tendo como referência a música “Duas Cidades”, da banda soteropolitana BaianaSystem, nos convida a ponderar sobre de quem é essa cidade rica de alegrias,

sabores e cheia de histórias para contar, cidade forte e resistente às agruras do tempo, cidade que carrega um nome de força, mas que também nos interpela: diz aí, a que cidade que você pertence, ou melhor, a que população você pertence, da cidade alta à cidade baixa?

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **O Ensaio como Forma**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARENDT, H. **A Condição Humana** (The Human Condition). Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

ARENDT, H.; KROH, J. **Eichmann in Jerusalem**. New York: Viking Press, 1964.

BATALLER, M. A. S. "O Estudo da Gentrificação". **Revista Continentes (UFRRJ)**, vol. 1, n. 1, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19/11/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social & Secretaria Especial de Direitos Humanos (2006). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da População em Situação de Rua: Um Direito Humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Seminário Nacional**: A Questão da Terra: Desafios da Psicologia. Brasília: CFP, 2007.

DEERE, C. D.; MEDEIROS, L. S. "Agrarian Reform and Poverty Reduction: Lessons from Brazil"**.** *In*: AKRAM-LODHI, A. H.; BORRAS JR. S. M.; KAY, C. (orgs.). **Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization**: Perspectives from Developing and Transition Countries. London: Routledge, 2007.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu**: Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FIORATI, R. C. *et al*. "População em Vulnerabilidade, Intersetorialidade e Cidadania: Articulando Saberes e Ações". **Saúde e Sociedade**, vol. 23, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

HALLAIS, J. A. S.; BARROS, N. F. "Consultório na Rua: Visibilidades, Invisibilidades e Hipervisibilidade". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 31, 2015.

INGLEZ-DIAS, A. *et al*. "Políticas de Redução de Danos no Brasil". **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 19, 2014.

JARDIM, D. F.; LÓPEZ, L. C. **Políticas da Diversidade**: (In)Visibilidades, Pluralidade e Cidadania em uma Perspectiva Antropológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

KULICK, D.; GORDON, C. **Travesti**: Prostituição, Sexo, Gênero e Cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LARROSA, J. "O Ensaio e a Escrita Acadêmica". **Educação & Realidade**, vol. 28, n. 2, 2003.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. "Quem vocês pensam que (elas) são? -Representações sobre as pessoas em situação de rua". **Psicologia & Sociedade**, vol. 16, n. 2, 2004.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 15, n. 2, 2011.

NEIL, M.; SILVEIRA, D. X. (orgs.). "Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde". In: **Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde**. São Paulo: Unifesp, 2008.

OLIVEIRA, M. H. B. *et al*. **Direitos Humanos e Saúde**: Construindo Caminhos, Viabilizando Rumos. Rio de Janeiro: CEBES, 2017.

PERLMAN, J. "Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro (1969-2002)". **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei Ordinária Nº 9.215/2017**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2017.

PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO. **Corra pro Abraço: o Encontro para o Cuidado na Rua**. Salvador: SJDHDS, 2016.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia** – O Processo Grupal. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

ROSADO, R. C. S. O. **Porto de Salvador: Modernização em Projeto (1854-1891)**. Salvador: CODEBA, 1983.

SANTANA, C. L. A.; ROSA, A. S. **Saúde mental das pessoas em situação de rua**: conceitos e práticas para profissionais da assistência social. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016.

SANTOS, V. E.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. "Redução de Danos: Análise das Concepções que Orientam as Práticas no Brasil". **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 20, 2010.

SECO, M.; PASSAPUSSO, R. **Duas Cidades**. Salvador: Gravado por BaianaSystem, 2016.

SILVA, M. L. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno de População de Rua no Brasil (1995-2005)** (Mestrado em Política Social). Brasília: UnB, 2006.

VÉRAS, M. P. B. "Exclusão Social: Um Problema de 500 anos". In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão Social**: Análise

Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, M. A. C.; RAMOS BEZERRA, E. M.; MAFFEI ROSA C. M. **População de Rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1994.

CAPÍTULO 2

A Psicologia da Libertação e o Aquilombamento da População em Situação de Rua em Salvador/BA: Reflexões Através do Programa Corra pro Abraço

A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O AQUILOMBAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR/BA: REFLEXÕES ATRAVÉS DO PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO

Diele Santos da Paixão

Renan Vieira de Santana Rocha

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues

Em 10 de dezembro de 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esta foi uma resposta aos atos de crueldade oriundos da Segunda Guerra Mundial; ou seja, o genocídio de judeus e outras populações equivocadamente denominadas de minorias nos campos de concentração. A DUDH elenca um conjunto de direitos intrínsecos à dignidade da pessoa humana, incluindo a vida, a liberdade e a segurança, direcionados a todos os povos, em todos os lugares e em todos os tempos, desde uma dimensão individual até uma dimensão coletiva.

A DUDH, contudo, não tem força de lei; portanto, trata-se de um modelo, considerado o ideal para a vivência em sociedade, e com isso cada país, pautado na DUDH, se compromete a estabelecer seu sistema jurídico com normas, preceitos, princípios e diretrizes que regem o convívio social. No Brasil, vivemos sob os parâmetros da Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 3° refere os objetivos fundamentais da República:

> I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

> II - Garantir o desenvolvimento nacional;
>
> III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
>
> IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Elencamos esses objetivos, em particular, para iniciar a discussão da temática aqui proposta: qual seja, uma análise das múltiplas violações de Direitos Humanos às quais as populações vulnerabilizadas estão expostas, sendo aqui abordada, em específico, a população em situação de rua – que será, a partir de agora, descrita pelo acrônimo PopRua. Esse grupo de pessoas é caracterizado pela Política Nacional para a População em Situação de Rua – a PNPR – como:

> O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A PNPR, instituída pelo Decreto Nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, tem como intuito estabelecer diretrizes de reintegração da PopRua com redes socioafetivas e comunitárias, para que possam ter garantia de acesso pleno aos direitos estabelecidos aos cidadãos brasileiros, que incluem respeito à dignidade da pessoa humana; valorização e respeito à vida e à

cidadania; atendimento humanizado e universalizado; respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência; entre outros elementos. Além disso, propõe também a eliminação de uma visão orientada pelas óticas paternalista, assistencialista, autoritária e de "higienização social".

Apesar da PNPR representar um importante marco legal dos direitos da PopRua no Brasil, em franco diálogo com a DUDH, em nosso país os dados oficiais ou censos demográficos sobre a população em situação de rua se apresentam de forma escassa e não padronizada, fazendo com que a implementação e execução de políticas públicas direcionadas a essa parcela da população seja prejudicada, tornando tais pessoas ainda mais invisibilizadas e estigmatizadas. Entretanto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA realizou, no ano de 2015, um levantamento através do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) de dados disponibilizados por 1.924 municípios brasileiros, onde a estimativa é que existiam, naquele ano, aproximadamente 101.854 pessoas em situação de rua no país.

Dados mais recentes sobre tal população foram levantados e disponibilizados pelo mesmo Instituto através de uma nota técnica no ano de 2020, onde se aponta que até março deste mesmo ano estimava-se um quantitativo de 221.869 pessoas em situação de rua no país, mostrando o crescimento exponencial deste público e, ainda a partir de informações da pesquisa, a motivação para tal situação parece estar intimamente relacionada com o desemprego e a crise econômica vivenciada atualmente. Evidencia-se, assim, a ineficiência das políticas públicas que se propõem a promover a garantia de direitos dessa população – ainda que, registre-se, seguimos considerando tais políticas como conquistas históricas, precarizadas, em sua maioria, pela ausência de vontade política em sua execução.

É por essas observações que esse trabalho se apresenta, se justifica e se propõe como um ensaio teórico-crítico (MENEGHETTI, 2011), frente às denúncias que, aqui, desejamos fazer, bem como frente aos caminhos possíveis que desejamos, também aqui, desvelar e prescrutar.

CONTINUANDO A CONVERSA: A HISTÓRIA E O AGORA EM NÚMEROS

O Projeto Axé, no ano de 2017, realizou em Salvador uma pesquisa em duas etapas, denominadas *Cartografia dos Desejos e Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil*; e *Cartografia dos Desejos e Direitos: Quem são as Pessoas e Situação de Rua, Afinal?*. Nestas pesquisas, foi possível estabelecer o quantitativo estimado de 17.357 pessoas em situação de rua em Salvador, no já referido ano, onde 88,9% desta mesma população é negra (frente à classificação do IBGE, que inclui como negras pessoas pretas e pardas).

Importante destacar que a pesquisa do Projeto Axé se utilizou de uma conceituação ampliada de "população em situação de rua", que considera não somente as pessoas que fazem dos espaços públicos sua "morada" (ou, de forma ainda mais simplista, os que dormem na rua), mas suas conexões com a rua (*street connections*, no termo utilizado pela UNICEF). Nesse sentido foram consideradas também as situações de "cuidar de si", "trabalho" e "uso do tempo livre", reconhecendo desde ações de higiene, sono e alimentação, até brincadeiras, perambulações e uso de drogas (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK; 2017b).

Aqui, um elemento já se destaca: pelo método de autodeclaração de cor, percebe-se o movimento de embranquecimento, visto que parte das pessoas em situação de rua entrevistadas na pesquisa se dizem pardas, justificando ser "o que consta na certidão de nascimento" e, como é sabido, no Brasil existem discrepâncias no tratamento das pessoas em relação à sua cor de pele. Com as pessoas em situação de rua não haveria de ser diferente; diante disso, denominar-se parda(o) é também uma estratégia de proteção e/ou enfrentamento às diversas formas de preconceitos, que se interseccionam com o "estar na rua".

O mapeamento citado anteriormente se apresentou como um ato político, social e científico de visibilizar uma grave problemática social – problemática esta que denota faces controversas. Se, por um lado, a falta de dados e documentos oficiais a torna invisível perante o Estado, por outro lado, é uma problemática explícita, uma vez que se materializa no âmbito do público em nossa sociedade (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017a; 2017b).

Estando, então, essas pessoas invisíveis aos "olhos" do Estado, exime-o do cumprimento dos objetivos elencados nos marcos legais que já apresentamos, e considerando que o Brasil é regido por um sistema democrático, entende-se que em seu governo seria o povo quem exerceria a soberania; contudo, analisando a estruturação do país, e seu legado colonial e escravocrata, vê-se, em verdade, que uma parcela minoritária da população – via de regra pessoas brancas – detém a maioria dos recursos financeiros do país, e uma parcela maioritária da população – que, em suma, são pessoas negras – são empurradas para "as laterais" da sociedade, destacando-se, como franco exemplo, a PopRua e a miséria e a marginalização a que estão são cotidianamente submetidas. Isto nos permite inferir que estar nestas condições psicossociais constitui-se como parte do fenômeno racista brasileiro, produto de uma herança do processo escravocrata nacional e de sua pseudo-abolição (marcada pela Lei

Áurea, assinada em 13 de maio de 1888), momento que muitas das pessoas escravizadas foram expulsas das fazendas, obrigando-as a viver às margens da sociedade, inclusive por terem sido consideradas "inaptas" a ocupar postos de trabalhos assalariados.

Se seguirmos observando exemplos históricos, veremos que, posteriormente, foi instituído, em 1890, o Decreto N°. 847, que versava sobre a criminalização de práticas como mendicância, embriaguez e capoeira, sendo visivelmente uma forma de castigar os negros escravizados, recém-libertos, e também uma prática de higienização social, para manutenção da segurança das "famílias de bem" e preservação da "moral" e dos "bons costumes", já que as pessoas negras seriam facilmente corrompidas, caso nada fosse feito, a atos tidos como criminosos e promíscuos. Luísa Saad (2018), historiadora baiana, demonstra muito bem como esse tipo de prática de criminalização de atividades cotidianas e culturais das pessoas negras escravizadas naquele período (como o uso da maconha, o candomblé, a capoeira) foi utilizada como estratégia de controle e opressão dos recém libertos.

Vistas como pessoas inferiores às pessoas brancas, era inconcebível que pessoas negras ocupassem determinados cargos, o que de algum modo aproxima esses dois grupos da população: para impedir qualquer tipo de ascensão da população negra, se iniciou um projeto de embranquecimento da população, instituída através da política de incentivo a vinda de europeus para trabalhar nas lavouras do país, onde, além de financiar as passagens, lhes eram ofertadas terras para cultivos, enquanto que a população negra não teve acesso à terra ou moradia, a saúde ou educação. Isto nos permite deduzir que o movimento de ocupação dos espaços públicos como lugar de moradia e sustento se iniciou com o desamparo do Estado para com as pessoas negras antes escravizadas.

Resgatando-se a formação identitária da PopRua de Salvador, já iniciada neste escrito, a pesquisa do Projeto Axé

constatou uma mudança no modo de organização da população, que tem optado por ocupações de espaços de forma individual, e não mais em grupo, por questão de segurança, posto que os grupos acabam sendo acometidos por mais atos de violência, repressão policial e vigilância social. Possivelmente, exista um receio de que, a partir da configuração grupal, essas pessoas iniciem um movimento de enfrentamento ao sistema de opressão, em que estão submetidos a tanto tempo (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017a; 2017b).

Uma outra estratégia de afastamento e não socialização dos grupos é a instalação de grades nas praças da cidade e plantação de palmas e cactos nos viadutos, transformando esses em espaços inacessíveis, sejam para moradia, interação e/ou socialização (no campo do urbanismo, essas estratégias são conhecidas como "arquitetura hostil" ou "defensiva"); fato este que pode ser compreendido como mais um processo de "higienização" social. Tais elementos, de algum modo, aparecem ainda como associados à existência de Transtornos Mentais Comuns (TMC), onde os sujeitos apresentam sintomas não-psicóticos demarcados: irritabilidade, insônia, dor de cabeça, nervosismo, falta de concentração, etc. A pesquisa constatou, por exemplo, a prevalência de 43,3% de TMC na PopRua de Salvador (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017a; 2017b).

Outro problema de saúde detectado na pesquisa do Projeto Axé, e com índice elevado de 56,3% entre a população em situação de rua, foi o uso dependente/nocivo de álcool e outras drogas. Se faz importante demarcar que, a respeito do uso de substâncias, diferente do que é disseminado comumente sobre a existência de uma epidemia de uso de crack, foi visto, nos dados obtidos, uma indicação de que, em ordem de maior consumo, estão o álcool, o tabaco, a maconha e, por fim, o crack. E, ainda em se tratando da relação das pessoas em situação de rua com o uso de drogas,

permeia-se um outro mito, de que o uso é o principal fator para a saída de casa, e mais uma vez a pesquisa já abordada destitui esse pensamento, seguindo a ordem de maior percentual das motivações para essa saída, onde se vê: busca por sustento próprio; conflitos familiares; busca por sustento da família; diversão/liberdade; e, por fim, problemas decorrentes do uso de drogas (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017a; 2017b).

Referente ao aspecto da educação, foi detectado pela pesquisa que 84,9% sabem ler e, desses, 75,7% aprenderam na escola; contudo, referente à escolaridade, somente 6,2% concluiu o Ensino Fundamental, e 1,2% o Ensino Superior. Porém, é importante sinalizar que a ausência no sistema de ensino se deu em sua maioria pela necessidade de trabalhar. Aqui, cabe trazer para o cerne da nossa discussão mais uma vez a ausência do estado em cumprir com os marcos legais que já temos conquistados, a exemplo do artigo 6° da Constituição Federal, que versa sobre os "direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (BRASIL,1988).

Outro ponto de extrema relevância abordado pelo Projeto Axé na pesquisa foi trabalho. Nesta, mais uma vez, desmistifica-se a percepção do "senso comum", inclusive de governantes e seus pares, de que a PopRua assim o está por comodidade e para a prática única e exclusiva da mendicância; no entanto, através da pesquisa, foi possível verificar que 97,5% das pessoas realizam atividades de geração de renda, e que, dentre as citadas, estão o "bico", reciclar, carga e descarga, vendedor ambulante, "sinaleira", "flanelinha", entre outros (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017a; 2017b).

Estes dados nos dão uma importante visão panorâmica do fenômeno que estamos, aqui, a analisar, e podem nos dar bons

indicativos para pensarmos as próximos ponderações que queremos apresentar.

ARREMATANDO A CONVERSA: O CORRA PRO ABRAÇO, A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O PROCESSO DE AQUILOMBAMENTO

Em Salvador, atualmente, temos um Programa denominado Corra Pro Abraço. Iniciado em 2013, através da parceria entre a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Estado da Bahia e a Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), tem como objetivo a promoção da cidadania de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade e risco social associadas à pobreza, à criminalização e ao uso abusivo de drogas. A atuação do projeto é fundamentada na prevenção, na redução de riscos e danos, no acesso a políticas públicas de saúde, de assistência social, de justiça e de cultura; em suma, na garantia de direitos dessas pessoas.

Desde o início do Programa, o "Corra" (apelido carinhosamente adotado pela equipe e assistidos) carrega uma histórico superior a cem mil atendimentos e encaminhamentos para serviços de saúde, educação, emprego, renda, assistência social, cultura e lazer, entre outros (ARAÚJO; SAAD, 2019). Boa parte da população acompanhada pelo Corra tem seus direitos negados e acesso a serviços muitas vezes barrado, o que faz o Programa adotar um lugar intermediário entre assistidos e serviços, se fazendo presente principalmente nos espaços onde outras ações do Estado se mostram ausentes – dentro da equipe, inclusive, é comum a compreensão de que o Programa é um "serviço ponte". Apesar de ter uma atuação importante junto à PopRua, o Programa não se limita a esse grupo, e atende também pessoas em condições de outras

vulnerabilidades psicossociais, estando presente na Delegacia Central de Flagrantes através do Núcleo de Prisão em Flagrantes, e em bairros periféricos de Salvador atuando junto aos jovens pelo Corra Juventude. Em todos esses espaços, entretanto, as violências estruturais e institucionais são realidades vividas pelos assistidos, que nos mostram que o projeto genocida de extermínio da juventude negra, um projeto remanescente do modelo colonial-escravagista, segue vivo e forte.

O "Corra" possui "baixíssimo grau de exigência" (como se costuma falar dentro da equipe) para acesso ao serviço, presando por relações afetuosas e horizontalizadas, apresentando-se como lugar, em termos do comum, para "dar conta dos problemas", o que não necessariamente significa resolver todos sempre, mas onde os usuários sabem que poderão ser acolhidos, escutados e que, coletivamente, haverá uma busca minimamente pela redução do sofrimento, das consequências e dos danos, não só no que tange a questões de uso e/ou abuso de substâncias, mas também de criminalização e estigmas dirigidos às pessoas que estão em situação de rua e podem ou não fazer uso de drogas.

A decisão de abordar o Programa citado neste ensaio se dá em decorrência da inserção da primeira autora enquanto estagiária junto ao mesmo; contudo, o escrito se delineia de forma majoritariamente teórico-crítico, posto que a ocorrência da pandemia de COVID-19 impossibilitou a vivência e exercício *in loco* das práticas aqui descritas. Assim, as atividades se deram de forma remota, em contato com a equipe, através, principalmente, da participação nas reuniões que acontecem semanalmente, onde são realizadas discussões de casos clínicos, avaliações, estruturações, trocas e entendimentos acerca da atuação profissional em Psicologia e áreas afins neste cenário, inclusive ponderando-se os limites e possibilidades do trabalho em campo. Durante a reunião, é prezada a participação de todas ou quantas mais pessoas possíveis que

integram a equipe, para que essas tragam falas a respeito de como foi a produção na rua, esse espaço carregado de "afetos", tanto no sentido emocional, quanto no sentido concreto do "estar na rua".

Assim, tendo por base esta breve explicação do que é o Programa e do porquê da sua escolha para as reflexões que, aqui apresentamos, queremos convidar nossas e nossos leitores a lerem tal serviço, a partir de agora, sob o prisma de duas ideias teórico-críticas que nos são muito caras: queremos apresentá-lo, enquanto Programa focado na população em situação de rua, como uma ferramenta de aquilombamento; mas, também, como uma ferramenta de emancipação, alicerçada nas ideias da Psicologia da Libertação, do Ignácio Martín-Baró. É fato que tais conceitos não são facilmente articulados, mas nos interessa propor livremente tais ponderações, não pelo simples fato do "Corra" ser o "Corra", mas pelo fato de considerarmos que um Programa cujo foco de trabalho se dá voltado à população em situação de rua deve ter, necessariamente, como horizonte de suas ações, a produção de uma sociedade antirracista e emancipatória.

No que tange ao movimento de aquilombamento, por exemplo, tal qual os quilombos dos tempos escravagistas, o Corra se apresenta como um espaço de acolhimento, escuta, promoção de hétero e autocuidado, organizações coletivas, formações e lutas políticas, construção e fortalecimento de laços afetivos, retorno à ancestralidade e narrativas das próprias histórias. Assim entendemos a associação feita entre o fazer do Programa e o do aquilombamento.

Em diálogos com autoras e autores que propuseram esforços analíticos como o que aqui apresentamos, vale ressaltar que Veiga (2018) se refere aos quilombos como espaços possíveis de garantia e "restabelecimento do senso de identidade e de coletividade, permitindo que, por piores que fossem as condições de vida, muitos sobrevivessem e inscrevessem em terras brasileiras as heranças culturais da África". É justamente nesse viés que o "Corra" trabalha,

quando através das atividades já mencionadas aqui reflete a caracterização explanada por Veiga. Outra forma de fazer do "Corra" que o aproxima do quilombo, neste exemplo, é a capacidade de reorganização, quando na necessidade de mudança para se estabelecer em novos territórios em decorrência das "reformas e revitalizações" dos espaços que, antes, eram ocupados pelo Programa; e, com isso, se faz necessário desenvolver novos vínculos, estruturação social e senso de coletividade segura para com a população do novo território a ser trabalhado.

Já na perspectiva da Psicologia da Libertação, nos apoiamos na ideia de Ignácio Martín-Baró, notável psicólogo social latino-americano que se dedicou a estudar o cenário pós-guerra civil em El Salvador, mais especificamente a parcela da população mais afetada pela violência, brutalidade, desigualdade, opressão e exploração advindas do capitalismo. Martín-Baró difunde a ideia de que "a libertação (e desalienação) do indivíduo passa pela libertação (e desalienação) da sociedade" (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 26). É através dessa ideia que o estudioso convida os profissionais de psicologia a abandonarem as estruturas de poder no seu fazer e se aprofundarem na capacidade de atuarem frente a problemas e exigências contemporâneas, e considerando tal panorama arriscamo-nos a estender este convite às demais categorias profissionais atuantes na área da saúde e da assistência social.

Por tais afirmações, neste artigo, nos aventuramos a fomentar o diálogo entre a Psicologia da Libertação e o processo de aquilombamento, uma vez que ambas as teorias se dedicam a promover a conscientização e a organização social dos diferentes povos. Mesmo considerando que Baró retrate a realidade salvadorenha, o cerne do diálogo se estabelece a partir do ponto em que a gênese da PopRua é intrínseca ao processo de escravatura no Brasil, relação já ilustrada nesse texto, através do reconhecimento do processo de racismo que se tornou estrutural e fundante neste país.

Logo, entendendo que o psicólogo salvadorenho aborda a análise histórica e geopolítica como condição para fazer da Psicologia da Libertação uma ferramenta de análise (re/des)construção da sociedade, tal qual o aquilombamento se apresenta como ferramenta para pensar, ponderar e construir outras possibilidades para a PopRua e para o enfrentamento do racismo no Brasil.

Ademais, o convite a olhar o "Corra" sob o prisma do aquilombamento é também em decorrência do Decreto Nº. 9.761 (BRASIL, 2019), que outorga o cuidado em saúde de usuários de drogas sob o viés da abstinência, revogando o Decreto Nº. 4.345 (BRASIL, 2002), o qual instituía a atuação dos dispositivos de cuidado sob a perspectiva da Redução de Danos. O modelo advindo do Decreto Nº. 9.761 vem sendo considerado pela maioria dos trabalhadores, familiares e usuários de saúde mental como um processo de desmonte e retrocesso de políticas e práticas efetivas de atenção em saúde, posto que este incentiva o "cuidado" através das comunidades terapêuticas, espaços privados e de cunho religioso, onde os usuários são obrigados a abandonar o uso de forma total e repentina, além de obrigatoriamente seguir os dogmas religiosos impostos, e tais determinações podem fazer com que essas pessoas não busquem auxílio para lidar com o uso prejudicial da droga.

Navegando na contramão desse decreto, o "Corra" continua atuando sob a perspectiva da Redução de Danos, por entender que cada pessoa é atravessada por diversas dimensões durante sua existência, de modo que cada pequeno progresso deve ser valorizado e a abstinência se torna, então, uma consequência. Uma das evidências da efetividade do Programa se traduz através do livro denominado: "Outros Caminhos são Possíveis – Corra Pro Abraço: Ação Pública de Redução de Riscos e Danos para Populações Vulneráveis" (ARAÚJO; SAAD, 2019). A obra faz um apanhado de como é a atuação, através de ações que, quando exitosas, incentivam

a continuidade e, quando não, se tornam elementos de reflexão para mudança.

Quando o "Corra" concebe a sua atuação em determinado espaço e/ou campo, não o faz sob forma de imposição, nem exigência, mas de encontro, trocas e vínculos afetivos, por meio arte-educação, música, dança, poesia, oficinas, cursos, entre outras ferramentas, e principalmente aprendizado mútuo entre a equipe do "Corra" e as pessoas assistidas pelo Programa. Viabilizando, então, um movimento de ressignificação do que por muito tempo foi opressão, subversão e silenciamento; transforma-se em aquilombamento.

Aquilombamento que, em uma leitura contemporânea, diz respeito ao exercício contínuo de (re)existência(s) diante da hostilidade direcionada às populações vulnerabilizadas em situação de rua, fator que reivindica reações de fortalecimento coletivo para a conquista da autonomia, elemento fundamental na construção identitária dos grupos sociais, transformando-se em espaço de alteridade frente à sociedade, com o propósito de reaver e validar as suas formas de organização (SOUZA, 2008). A partir do território em que estão inseridas tais práticas, posto que nele existem dimensões sociais, culturais, econômicas e dialéticas, uma comunidade cria formas específicas de (sobre)vivência grupal.

O "Corra", portanto, se propõe a oferecer o auxílio necessário paras as pessoas que têm sido vítimas das diversas violações de direitos ao longo do tempo, tendo como foco princípios pragmáticos, éticos e técnicos, por meio da ludicidade e da atenção psicossocial em base territorial e comunitária, prezando, antes de tudo, pela autonomia e vontades das pessoas a respeito do seu corpo, noções de autocuidado e saúde, mostrando que é possível ofertar cuidado respeitando as singularidades.

O "Corra", para assegurar tais ações, é composto por uma equipe multiprofissional, pretendendo realizar um fazer transdisciplinar para o alcance da integralidade do cuidado, que tem como premissa a construção de cuidado com a pessoa usuária e não para ela, abarcando o enfoque social, emocional, afetivo, cultural e econômico. É importante complementar que as pessoas usuárias do serviço exercem a tarefa de multiplicadoras, seja apresentando o "Corra" como espaço de segurança para a PopRua, que ainda não conhece na sua chegada em novos campos, seja na atuação concreta de redutores de danos, a partir, por exemplo, de um curso de Redução de Danos ofertado pelo Programa, e que se constitui, também, como ferramenta na contribuição para o processo de autonomia e levante político.

Ainda dialogando com a perspectiva da libertação proposta por Martin-Baró, o autor defende a necessidade de um processo revolucionário na sociedade, que teria os seguintes objetivos imprescindíveis, destacados pelo mesmo: a priorização por sanar as necessidades básicas do povo; uma vivência pautada em solidariedade, responsabilidade social e comunitária; o entendimento que a distribuição de saúde mental está interligada com a distribuição de renda do país; e outros. Este convite que emerge dos escritos de Martín-Baró, assim, é o processo de *desideologização*; em outras palavras, o abandono do senso comum, que credita subjetivamente a opressão dos povos a eles mesmo. Onde, a partir da concepção de maiorias oprimidas, sejam feitas pesquisas sobre a realidade dessas maiorias para o reconhecimento e a pactuação no processo de libertação popular. Assim, o autor provoca o campo da Psicologia a pensar qual seria o seu papel nessa nova ordem.

A harmonia entre aquilombamento e Psicologia da Libertação, desta feita, se dá justamente pela prioridade de ambas, que é o levante, o empoderamento, o respeito e o reconhecimento

social das populações vulnerabilizadas, que nesse texto acaba exemplificando-se através da atuação do "Corra". Podemos também observar o aspecto de resistência que o Programa e sua equipe carregam das heranças aquilombadas: além de ter boa parte da equipe composta por pessoas pretas (bem como a coordenadora geral do Programa), esta ainda tem que lutar pela comprovação e visibilidade de suas ações cotidianas de cuidado, visto que o Programa está sujeito a uma renovação bianual de contrato, e portanto, sujeito a ser interrompido a cada dois anos. No atual cenário de desmonte das políticas públicas previstas no Sistema Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS), e principalmente das políticas voltadas para atenção à população com transtornos mentais e usuária de substâncias psicoativas, a existência de um programa estadual de redução de danos se mostra também um marco nacional de resistência e luta.

Por fim, compreendemos que este texto configura-se como uma espécie de manifesto, que deseja denunciar a situação do negro pós-abolição e, consequentemente, a situação da PopRua, em que tais colocações se apresentam como bases de referência para atuação do Programa aqui analisado, mas também como instrumento de ruptura da colonialidade que nos marca. A Psicologia, erige-se o convite de que seja intermediária para a construção e o resgate das memórias da/sobre a PopRua, colocando em cena as feridas, as vozes e os corpos descendentes da escravização de pessoas negras; ou seja, o aquilombamento, como expressão de resistência, como expressão de libertação, como expressão de outros projetos de cuidado possíveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T.; SAAD, L. **Outros Caminhos são Possíveis – Corra Pro Abraço**: Ação Pública de Redução de Riscos e Danos

para Populações Vulneráveis. Salvador: Comunidade, Cidadania e Vida, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31/01/2021.

BRASIL. **Decreto Federal n. 4.345, de 26 de agosto de 2002**. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31/01/2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31/01/2021.

BRASIL. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: Planalto, 2019. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31/01/2021.

CARVALHO, M. A.; SANTANA, J.; VEZEDEK, L. **Cartografia dos Desejos e Direitos**: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Salvador: Projeto Axé, 2017a.

CARVALHO, M. A.; SANTANA, J.; VEZEDEK, L. **Cartografia dos Desejos e Direitos: Quem são as Pessoas em Situação de Rua, Afinal?** Salvador: Projeto Axé, 2017b.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SJDHDS). **Corra Pro Abraço – O Caminho Para o Encontro na Rua**. Salvador: SJDHDS, 2016. Disponível em: <http://cutt.ly/rkuZTN1>. Acesso em: 31/01/2021.

MARTÍN-BARÓ, I**. Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos Psicossociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

MENEGHETTI, F. K. "O que é um ensaio-teórico?". **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 15, n. 02, 2011.

NASCIMENTO, A. J.; MEDEIROS, M. G. "O Fim da Escravidão e suas Consequências". **Anais do IV Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)**. Recife: UNICAP, 2010.

NATALINO, M. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil – 2016**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

NATALINO, M. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil – 2020**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <http://cutt.ly/ZkuXWGg>. Acesso em: 31/01/2021.

SAAD, L. **"Fumo de Negro": a criminalização da maconha no pós-abolição**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2018.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro** (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Brasília: UnB, 2008.

VEIGA, L. M. "Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta". **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., setembro, 2019.

CAPÍTULO 3

Psicologia Social Comunitária e
Saúde da População em Situação de Rua:
Vivências da Psicologia à Redução de Danos

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: VIVÊNCIAS DA PSICOLOGIA À REDUÇÃO DE DANOS

Edcleia Lopes de Carvalho

Thaís da Silva Costa Santiago

Renan Vieira de Santana Rocha

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues

A desigualdade e a vulnerabilidade social são cada vez mais visíveis na contemporaneidade brasileira. O preocupante aumento do número de pessoas em situação de rua parece evidenciar essa realidade. Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2015, o Brasil chegou ao marco de pouco mais de 100 mil indivíduos vivendo nas ruas (BRASIL, 2017).

À vista disso, é notório que a realidade e as necessidades dessas pessoas não são reconhecidas pela maior parte da população, e a prática da cidadania não é efetivada e assegurada a todas e todos como deveria. Sobre isso, Hino, Santos e Rosa (2017, p. 736) nos elucidam que:

> Diversas razões tentam explicar o motivo pelo qual as pessoas passam a viver nas ruas, compondo uma situação de exclusão das estruturas convencionais da sociedade. A busca pela liberdade, os desajustes familiares, a dependência de álcool e drogas ilícitas, a presença de doença mental, a migração, o desemprego, a pobreza extrema e a desilusão amorosa são alguns dos motivos relatados na literatura que

> fazem com que as pessoas busquem a rua como local de moradia.

No que tange aos aspectos que envolvem o uso de álcool e outras drogas como "razão" para a condição do "viver na rua", essa pode também ser consequentemente produzida ou *retroalimentada* quando o indivíduo já está nas ruas. Dessa forma, faz-se o uso de tais substâncias como um mecanismo para suportar uma existência em sofrimento real, de forma a minimizar as dificuldades do "viver na rua", como a fome e o frio, que fazem parte dessa constante situação de vulnerabilidade (RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

Compreender a complexidade das demandas do consumo abusivo de substâncias psicoativas nas estruturas da vulnerabilidade social é algo muito além do que o senso comum e as abordagens farmacológicas são capazes de revelar. Dessa forma, é necessário conceber o real significado do consumo, a partir da dimensão subjetiva que contempla cada sujeito. Sendo assim, frente ao leque de fatores sociais, psicológicos e culturais, o consumo de substâncias psicoativas confere formas e sentidos diferentes, possibilitando assim a criação de tabus, pré-conceitos e estereótipos sobre o mesmo, principalmente quando vinculado a esse público marginalizado (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

Nesse sentido, a necessidade de intervenções atentas às demandas do lócus onde se insere, nesse contexto, torna-se imprescindível, inclusive a partir de ações que respeitem diferenças e questões individuais daqueles que constituem o alvo da intervenção, sempre ponderadas, contudo, a partir de uma reflexão social e comunitária. Portanto, a atuação do psicólogo social comunitário, nesse processo, é de fundamental importância, pois, segundo Maciel e Alves (2015, p. 275):

> a Psicologia Social Comunitária visa promover a consciência e minimizar a alienação" bem como "procura promover a participação reflexiva dos grupos com os quais trabalha na definição das prioridades de atuação, planejamento, execução e avaliação de suas atividades.

Logo vê-se que tratamos de uma perspectiva de trabalho que orienta o olhar profissional, não apenas ao estabelecimento de metas curativas e resolutivas de problemas pontuais, mas a uma leitura macroscópica, que analisa a realidade concreta vivenciada, em suas questões sociais e em suas particularidades, intentando ter a conscientização como horizonte derradeiro (MARTÍN-BARÓ, 1997).

Assim, o presente relato de experiência tem como objetivo geral descrever a experiência da realização de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, em modelo remoto (online), a partir da atuação de um conjunto de estagiárias/os em Psicologia em ações de Psicologia e Mídia, junto ao programa Corra Pro Abraço. Como objetivo paralelo, intenta também apresentar as principais metodologias que possibilitaram uma prática de estágio orientada pelos pressupostos da Psicologia Social Comunitária, com foco em intervenções com população em situação de rua, vulnerabilidade social, uso abusivo de substâncias psicoativas e Redução de Riscos e Danos. É de suma importância ressaltar, adicionalmente, que o período de realização do estágio coincidiu com a realidade pandêmica atual, causada pela ocorrência do novo coronavírus, SARS-CoV-2, responsável pela Doença do Coronavírus 2019 - COVID-19 (MARANHÃO; SENHORAS, 2020), promovendo o isolamento social como principal recurso de enfrentamento à pandemia. Este contexto demandou uma adaptação nos processos de trabalho e nas práticas de estágio das mais diferentes graduações em saúde no Brasil (ROCHA; BRAMBILLA; BARROS, 2020),

inclusive para a Psicologia, que passou a reordenar parte substancial de suas práticas para o modelo exclusivamente remoto (online).

Sendo assim, esse relato justifica-se pela necessidade de apresentar os principais desafios, impactos e ganhos para concluintes de uma graduação em Psicologia na vivência de práticas deste tipo, trazendo discussões sobre o contexto, o processo, as dificuldades, as adaptações, as implicações e os resultados obtidos, frente à percepção da vivência das/os estudantes envolvidas na relação com tais práticas, de caráter exclusivamente remoto (online). Consequentemente, e enfatizando as ferramentas tecnológicas utilizadas para o desenvolvimento e a continuidade do estágio e o modo como as atividades desenvolvidas influenciaram diretamente no método de ensino e aprendizagem, queremos também ponderar sobre como o reconhecimento da indispensabilidade da Psicologia nos espaços de vulnerabilidade nesse momento advém de uma percepção da crítica possível de se fazer a partir da nossa ciência e profissão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

É necessário compreender que são diversas as causas que fazem com que a rua seja adotada como um "lar", em que se deve considerar que seus moradores partilham de inúmeras características em comum, o que permite a identificação entre ambos. De acordo com Rosa, Cavicchiol e Brêtas (2005, p. 578), a trajetória de vida que os levou às ruas desenha, na maioria das vezes, uma sequência de fatos e fracassos pessoais que se associam fortemente a um desamparo institucional. É relevante considerar, assim, os motivos e aspirações que se revelam nas trajetórias de cada sujeito, de cada pessoa em situação de rua, pois são esses elementos que

caracterizam a singularidade e a identidade de cada sujeito que ali está e os fatores que determinaram as suas escolhas.

Isto, inclusive, nos permite compreender que o espaço da rua não é e não pode ser compreendido como um espaço homogêneo, constituído por uma *massa uniforme e padronizada*, sem rostos e sem histórias; antes, é constituído por um emaranhado complexo de vidas, que costuram uma malha viva e pulsante. A leitura, logo, é sempre nesse entremeio: há de se ver o todo, mas há de se ver as partes.

É deste lugar que se parte, neste estudo. O mesmo configura-se como um estudo descritivo, que relata uma experiência, contendo como base teórica a discussão dos textos utilizados e dos materiais desenvolvidos ao longo da experiência do estágio. Sobre o relato de experiência como método, dizem-nos Daltro e Faria (2019) que este configura-se como uma escrita direcionada para a modernidade e suas complexas relações, que nem sempre configuram processos de produção de conhecimento por vias formais ou já convencionadas; assim, na dinâmica dos processos de trabalho e das práticas que se desenvolvem cotidianamente, quanto mais nos espaços de Políticas Públicas e Direitos Humanos, conhecimento de aplicabilidade teórico-prática também se faz e, assim, este método acaba por surgir como um importante recurso, caminho e anteparo de diálogo com demais pesquisadoras e pesquisadores.

Optar por um relato de experiência, desta feita, como base metodológica, significa, nesse artigo, uma opção por apresentar fatos a partir do que foi vivido diante das experiências, caracterizando-o como uma ferramenta capaz de descrever um relato articulado, onde o sujeito se sente implicado a apresentar eventos e acontecimentos evocados durante o período de atuação, de forma que possa descrevê-los de maneira objetiva, descritiva e observacional. Isso permite recuperar memórias, não se tornando apenas um relato

vivido, mas uma narrativa do experienciado (DALTRO; FARIA, 2019).

Logo, todos os conteúdos aqui explorados foram elaborados no contexto (supervisionado) de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, junto a uma turma de concluintes de uma graduação em Psicologia, em uma Universidade da cidade de Salvador/BA, tendo como temática central "Psicologia Social Comunitária e Saúde da População em Situação de Rua", e tendo como campo de práticas o Programa Corra Pro Abraço (CPA), da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), do Governo do Estado da Bahia[4].

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiros Passos: Conhecendo o Corra Pro Abraço e a Redução de Danos

A supervisão do estágio, em caráter presencial, teve início em fevereiro de 2020, a partir do planejamento da leitura de textos como fundamentação teórica, que abordariam temas transversais como: Psicologia e Segurança Pública; Redução de Riscos e Danos como espaço de exercício da cidadania dos usuários de drogas; Pessoas em Situação de Rua; Trajetórias e Exclusão Social; Atuação do Psicólogo Social Comunitário; Redução de Danos e

[4] Por se tratar de um estudo que se baseia em dados derivados de uma intervenção que não foi diretamente desenvolvida com seres humanos, seja em caráter clínico, seja em caráter de pesquisa, este estudo prescindiu de aprovação por parte de qualquer Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), bem como os dados derivados da vivência no Programa são públicos, constantes dos relatórios periódicos de prestação de contas do mesmo. Contudo, convém salientar, contundentemente, que todos os critérios associados às Resoluções CNS Nº 466/2012 e 510/2016 foram respeitados, resguardando-se, em absoluto, os princípios de sigilo e confidencialidade em pesquisa.

Acompanhamento Terapêutico; Identidade, Drogas e Saúde Mental; Representações Sociais sobre as Pessoas em Situação de Rua; entre outros. Estes temas introdutórios foram indicados para que se tornasse possível, ao longo do processo, discutir e compreender determinadas características importantes para a atuação em campo com pessoas em situações de rua também a partir de estudos e experiências pregressas, já publicadas na literatura científica.

Após esta etapa, realizou-se um primeiro encontro com representantes responsáveis pela turma de estágio junto ao Programa (preceptores), com o intuito de costurar as apresentações iniciais e para tornar possível uma explanação, por parte da equipe, sobre o Programa Corra pro Abraço, apresentando os possíveis locais e contextos para a atuação das/os estagiárias/os, seguindo-se à divisão da turma em grupos para designar a escala semanal de idas a campo e realização das práticas nas Unidades de Apoio na Rua (UARs)[5].

Neste momento, foi possível às/aos estagiárias/os conhecer, pela primeira vez, o Programa Corra Pro Abraço. Este é um programa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), sob a gestão da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), do Governo do Estado da Bahia. Tem como objetivo a promoção da cidadania de pessoas que usam drogas, em situação de rua e outros contextos de vulnerabilidade social, baseado nas estratégias de redução de danos físicos e sociais (ROCHA, 2018). Dentre as principais atividades desenvolvidas estão os atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, além das estratégias que propõem a articulação com as redes de políticas públicas em saúde, assistência social, educação, etc. Buscando lidar não só com a questão do uso abusivo de álcool e outras drogas, como

[5] As Unidades de Apoio na Rua (UARs) são contêineres com espaço para banho e uso de sanitário, além do armazenamento de água e outros insumos de redução de danos, e que funcionam como espaços de produção de vínculos para que ocorra o trabalho entre a equipe do Programa e a população em situação de rua.

se vê em diversas políticas estruturadas na perspectiva proibicionista, mas, principalmente, atuando no combate ao processo de estigmatização e criminalização vivenciado por seus usuários, o Programa se assenta na realidade da capital baiana, produzindo vínculo com os mais diferentes usuários, assegurando a oferta de serviços mais humanizados e qualificados a estes públicos.

> Assim, diversas foram as estratégias desenvolvidas pretendendo compreender a questão a partir de uma lógica ética e pragmática, respeitando a autonomia e [as] histórias de vida dos indivíduos com seus marcadores de vulnerabilidade: classe, sexo, gênero, raça, orientação sexual, deficiência, etc. (ARAÚJO; SAAD, 2019, p. 38).

Para a sociedade, todavia, esses indivíduos "se igualam" de um modo geral, excluindo condições e vínculos familiares que, em muitos casos, ainda são existentes. Três situações distintas, logo, podem ser consideradas para a "classificação" do "povo de rua":

> Ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente). "Ficar na rua" caracteriza transitoriedade, a pessoa possui ainda um projeto de vida e mantém fortes vínculos familiares; "estar na rua" implica na diminuição do contato com a família e o estabelecimento de novos vínculos na rua; "ser da rua" traz em si a identidade e [a] identificação com a própria rua, que passa a ser o lugar de referência e espaço de relações – o corpo se modifica, bem como as formas de conviver e ver o mundo (ROSA; CAVICCHIOL; BRÊTAS, 2005, p. 578).

Por tudo isto, e com base nas experiências do Programa ao longo de sua trajetória, o "Corra" (como é afetivamente denominado pela equipe e pelas/os suas/seus assistidas/os) intensificou a sua atuação em Redução de Danos para além de uma intervenção focada unicamente no sujeito que demanda cuidado, atuando, em verdade, como suporte na brecha da ausência de políticas públicas para essa população, que teve o seu processo de vulnerabilidade intensificado por não ter tido acesso a essas políticas ao longo das suas vidas (ARAÚJO; SAAD, 2019).

A Redução de Danos (RD), outrossim, surge como uma abordagem política e prática que tem como foco a minimização de danos sociais e à saúde de usuários de substâncias psicoativas. Hoje, precisamos considerar que as intervenções feitas a partir da RD devam englobar um cuidado para além do âmbito da saúde, lutando pelo direito à cidadania e aos Direitos Humanos da população em distintas situações de vulnerabilidade. E, nessa perspectiva, as estratégias promovidas pelo "Corra" para a RD são pautadas a partir da proteção, do cuidado e do autocuidado desse público, mediante uma lógica não punitiva, reconhecendo-os enquanto sujeitos biopsicossociais e de direitos (MACHADO; BOARINI, 2013).

Os programas de RD são instituídos a partir de novas tecnologias em saúde, comprometidas com o respeito às diferentes formas de ser e estar no mundo. Dessa forma, as atividades de atenção ao usuário são sempre elaboradas mediante a demanda singular de cada pessoa que utiliza o serviço, onde, a partir disso, são definidos os objetivos, as metas e os procedimentos que melhor se adequam à história de vida de cada um e, consequentemente, na prevenção e na promoção de saúde dos mesmos. Nesse leque, ações que envolvam educação, informação e aconselhamento estão dentre as atividades desenvolvidas pelos programas de RD. Nesse sentido, a utilização da Psicologia e Mídia surge como mecanismo de informação junto à Redução de Danos, o que se torna ferramenta

fundamental, já que possibilita a construção e o compartilhamento de conhecimento a partir de produções colaborativas e de conteúdos acessíveis para esse público (MACHADO; BOARINI, 2013).

Segundos Passos: Pensando e Aplicando a Redução de Danos entre a Psicologia Social Comunitária e as Mídias Sociais

Com o início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, a cidade de Salvador entrou em período de quarentena e fez-se necessário alterar o cronograma das práticas que haviam sido, até então, pactuadas. As atividades presenciais foram suspensas em 17 de março de 2020, havendo a continuidade, apenas, das supervisões no modelo remoto (online), suspendendo-se temporariamente as práticas em campo, sob quaisquer formatos possíveis.

Contudo, em setembro de 2020, após autorização por parte do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), foi possível aventar a retomada de práticas de estágios a partir do modelo exclusivamente remoto (online). Após tal, novas propostas de práticas surgiram diante do cenário em que ainda se encontrava a pandemia, dando continuidade às possibilidades de atuação junto ao Corra Pro Abraço, as quais poderiam ser de três (03) tipos, todas em formato remoto: (1º) Acompanhamento Psicológico a Usuários/Assistidos pelo Programa; (2º) Acompanhamento Psicológico a Familiares; e (3º) Atividades em Psicologia e Mídia, junto à Equipe de Comunicação – com a operacionalização de iniciativas como o "Podcast do CPA", o "Papo RD" e o "Dica RD" (via plataformas gratuitas do *YouTube* e do *Spotify*). Adicione-se a estas práticas o acompanhamento semanal às reuniões de Equipe (sob avaliação/organização interna). Foi a partir dessa nova proposta de permanência do estágio que as/os estagiárias/os de Psicologia puderam optar entre as diferentes opções

sinalizadas, havendo a maioria escolhido compor o grupo de práticas em Psicologia e Mídia, baseado nas propostas que poderiam ser desenvolvidas ao longo do estágio. É a este projeto que se dedicará maior atenção, neste estudo, a partir de agora.

O projeto de Psicologia e Mídia se inseriu dentro das ações já realizadas pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Programa Corra Pro Abraço, que têm por objetivo de criar materiais didático-pedagógico-comunicacionais para iniciativas em áudio e vídeo, como o "Papo RD", o "Dica RD" e o "Podcast do CPA"; mas também para materiais escritos, como a "Cartilha sobre Redução de Danos e Comunicação" e o "Clipping: Giro de Notícias", planejados a partir de reuniões quinzenais com o grupo responsável. Considerando que o modelo remoto (online) se tornou uma alternativa para viabilizar a comunicação de base educativa por meios tecnológicos, as reuniões se tornaram um espaço de construção de conteúdos e diálogo, além de possibilitar o planejamento dos materiais que poderiam ser confeccionados com a nossa contribuição. A priorização de estratégias comunicacionais, por sua vez, dialoga com estudos anteriores, que apontam para as iniciativas em informação e comunicação como um importante caminho para produção de práticas de cuidado construídas sob moldes não convencionalmente assistenciais (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005; RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

Destarte, e em conjunto, foram produzidas atividades no projeto de Psicologia e Mídia durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2020, com o intuito de desenvolver materiais para as iniciativas já citadas. O material produzido propunha sempre o fortalecimento da identidade do Programa, fundamentado no diálogo com a(s) população(ões) vulnerável(is) assistida(s), propondo acessibilidade à informação e à comunicação. O ensejo, logo, era que o conteúdo fosse sempre produzido em seu sentido mais dialético

possível – mediando relações, informações e conhecimentos entre equipe e usuários/assistidos, que poderiam, como uma constante, opinar sobre os materiais e co-construir os mesmos, protagonizando, por diversas vezes, estas iniciativas – ganhos também já afirmados na literatura científica (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005; RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020). E, como não poderia deixar de ser, a construção das informações tinha sempre um forte embasamento teórico-crítico, de modo a que pudessem ser divulgados através da comunicação institucional nas redes sociais do Corra, juntamente com fotos das atividades, memórias e registros do Programa como meio de produção de conteúdo.

Dentre os membros do grupo, havia duas técnicas da equipe que eram as pessoas responsáveis por suporte/orientação, as quais são assessoras de comunicação e designer do Corra, respectivamente, e são tidas como as referências na atuação específica para a qual as/os estagiárias/os foram designadas/os. De início, as/os estagiárias/os foram informadas sobre como, para o Programa Corra Pro Abraço, uma leitura estratégica da comunicação era primordial; portanto, a Assessoria de Comunicação cumpre um papel central na prática de RD no dia a dia, que é o de tornar possível e acessível o conhecimento sobre boas práticas de cuidado e em saúde, orientadas pela perspectiva da RD – visto que a RD é, inclusive, um paradigma ainda em disputa do ponto de vista das políticas sobre drogas (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005; MACHADO; BOARINI, 2013; RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

O trabalho da ASCOM, onde se insere o projeto de Psicologia e Mídia, é justamente o de construção de narrativas, promoção da informação qualificada e combate ao estigma contra as pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas; e, desse modo, há uma conexão com todas as demais dimensões e metas do

Programa. Neste sentido, para além das redes sociais e dos canais oficiais do Programa que se utilizam de conteúdos em vídeo – como o *Facebook*, o *Instagram*, o *WhatsApp* e o *YouTube* – há, também, um investimento no "Podcast do CPA", de nome oficial "#Ativamente" (oferecido a partir do *Spotify*). Na crença de que o Podcast, enquanto recurso auditivo, tem um potencial de falar mais "para fora", de transformar a experiência do Corra em conhecimento a ser difundido, espera-se que este possa funcionar como um espaço de articulação entre serviços e movimentos sociais que atuam na área de RD – o que, em diversos momentos, é possível constatar, ao longo da vivência no Programa.

Para as/os estagiárias/os, a princípio, a proposta dos conteúdos a serem produzidos foram para dois dos quadros já citados (o "Papo RD" e o "Dica RD"), através do qual a locução narra fatos sobre a história da RD e curiosidades e dicas para os usuários, contendo informações sobre o nascimento, as origens e a história da RD, com pauta no Brasil e no mundo. Em seguida, conteúdos sobre como surgiu o Setembro Amarelo (mês de inserção das/os estagiárias/os no Programa). Após isso, a produção destinada foi a de uma síntese para contribuir com a série: "Setembro Amarelo: o afeto como tecnologia de Redução de Danos", em dois episódios, com o propósito de superar também a ideia de que Saúde Mental é somente uma questão clínica, trazendo para a dimensão do social e do comunitário, do estabelecimento de vínculos e do manejo do afeto. Aqui, note-se o franco diálogo com perspectivas de trabalho assentadas na perspectiva da Psicologia Social e Comunitária (MARTÍN-BARÓ, 1997; MACIEL; ALVES, 2015) – onde Martín-Baró nos aponta a direção da conscientização dos povos quanto às suas condições sociais com um dos melhores horizontes de atuação para psicólogas e psicólogos efetivamente comprometidas/os com os públicos de quem cuidam.

O primeiro episódio, produzido em parceria com as/os estagiárias/os, intitulado "O afeto como tecnologia de Redução de Danos", contou com as participações de uma psicóloga integrante equipe do Corra Pro Abraço, de uma professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e de uma professora da Equipe de Saúde Mental da Defensoria Pública do Estado da Bahia. A mediação ficou a cargo da locutora e redutora de danos da equipe. O lançamento se deu na ocasião do próprio Setembro Amarelo, e da campanha de Prevenção ao Suicídio.

A partir desse momento, as tarefas para construir as informações para o "Papo RD" e o "Dica RD" foram sendo desenvolvidas em rodízio pelo grupo, mas ambos contavam com o mesmo foco de informações. Dentre os temas, constava a comunicação pró Direitos Humanos e antirracista e, ao longo da segunda metade do projeto, também foram realizadas pesquisas com embasamento teórico e bibliográfico, sobre: a água como estratégia e insumo de RD; Relação entre arteeducação, *educomunicação* e RD; e "Clipping: Giro de Notícias" relacionadas a Políticas sobre Drogas, Redução de Danos, Saúde Mental e Uso de Substâncias, entre outros.

Durante todo o período de desenvolvimento do projeto Psicologia e Mídia, também houve a participação das/os estagiárias/os nas reuniões gerais com toda a equipe do Programa, que eram realizadas em um turno fixo (nas tardes das sextas-feiras), para discutir questões gerais do campo de atuação. Isto colaborava na produção de discurso e práticas com maior alinhamento entre a equipe, seguindo a compreensão de que a comunicação seria um eixo congregador das demais metas a serem alcançadas pela equipe - o que também encontra coro na literatura, quando se evidencia o lugar de uma boa comunicação como tronco central em diferentes projetos de perspectiva social e comunitária mais modernos (ROSA;

CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005; RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

Durante a última reunião, destaque-se, em novembro, o grupo que acompanhou as ações em Psicologia e Mídia pôde realizar uma avaliação geral das práticas e, também, dos materiais possíveis para o fechamento das atividades. Assim, as/os estagiárias/os sugeriram como um produto final um folheto para as mídias sociais com conteúdos relacionados ao "Uso de Substâncias Psicoativas na Pandemia", apresentando algumas das ações viabilizadas pelo Programa no âmbito da Redução de Danos – finalizando-se, com este produto, o estágio aqui descrito. Em conjunto a todas as atividades citadas anteriormente, acrescente-se, ocorreram as supervisões semanais do Estágio Específico em questão, para relato do desenvolvimento/planejamento de todas as atividades nos projetos e reflexão teórico-crítica sobre as mesmas.

Diante do relatado, nota-se que modificações estratégicas que ocorreram ao longo do processo do estágio foram necessárias, alterando o planejamento inicial de toda a prática aqui descrita. Porém, ao final do estágio, o que sobressai é a percepção da relevância da construção desta experiência, propondo outros caminhos possíveis, através da comunicação e da informação, à Psicologia, com bases teóricas sólidas e, ao mesmo tempo, instituintes, com o propósito sempre presente de preconizar o fortalecimento da identidade e do propósito do Programa Corra Pro Abraço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo descrever a experiência da realização de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, em modelo remoto (online), a partir da atuação de um

conjunto de estagiárias/os em Psicologia em ações de Psicologia e Mídia, junto ao Programa Corra Pro Abraço. Assim, este trabalho ensejou demonstrar que tal experiência possibilitou a construção e o delineamento de estratégias de atuação em Psicologia, por meio da implementação de conhecimentos mediante produções de conteúdos sobre Redução de Danos, como um mecanismo colaborativo no repasse de informações para o público das redes de comunicação do Programa, e para a sociedade em geral.

É imprescindível ressaltar que, mediante a questão pandêmica, junto à necessidade da modificação no formato das práticas do estágio para acatar a obrigatoriedade do distanciamento social, acredita-se que o Programa conseguiu satisfatoriamente adequar parte de suas necessidades ao modelo remoto, de forma que conseguisse manter suas principais atividades, mantendo as/os estagiárias/os ativos e em contato com as ações realizadas pelos profissionais fora do modelo remoto – demonstrando ser possível o desenvolvimento de práticas voltadas para pessoas em situação de rua a partir de modelos não convencionais de cuidado – o que cremos já estar demonstrado, também, em estudos anteriores sobre o próprio Programa aqui em análise (SOUZA ALVES; ROCHA; RODRIGUES, 2020; PAIXÃO; ROCHA; RODRIGUES, 2021), e cujo artigo agora em questão, assim o cremos, também vem para fortalecer tais ideias e ideais.

Por sua vez, a experiência em estagiar no modelo remoto (online), junto ao Programa Corra Pro Abraço, veio comprovar o quanto se tem a ganhar em experiência e ressignificação quando se trabalha na pluralidade de um contexto novo e desafiador como o da pandemia que agora vivenciamos. Para as/os estagiárias/os, tal experiência configurou-se como bastante desafiadora, permitindo a amplificação da autenticidade e da aprendizagem das/os estagiárias/os, em suas diferentes habilidades adquiridas ao longo da graduação, durante todo o processo de realização, além de

proporcionar a participação das/os estagiárias/os nas reuniões gerais do Programa para troca de saberes e sugestões de outras/os profissionais, propondo outros caminhos possíveis através da comunicação e da informação entre profissionais e estagiárias/os, com o propósito de realizar produções e ações que preconizam o fortalecimento da identidade e do propósito do Programa. Estes são exemplos que nos ajudam a ilustrar uma ação efetivamente orientada pelas premissas da Psicologia Social Comunitária, se a compreendemos em diálogo com as próprias premissas da Redução de Danos (MARTÍN-BARÓ, 1997; MACIEL; ALVES, 2015).

Em vista do que foi evidenciado a partir deste relato, considera-se, doravante, ser perceptível o quanto que as experiências obtidas durante o período em que houve a execução das práticas de estágio aqui analisadas foram de suma importância para o crescimento profissional e o entendimento das dinâmicas e estratégias que percorrem as ações realizadas com a população em situação de rua para as/os estagiárias/os envolvidas/os, frente ao contexto de vulnerabilidade vivenciado, e que esteve ainda mais acentuado com a chegada do novo coronavírus, tendo como horizontes teórico-técnicos a Psicologia Social Comunitária e a Redução de Danos. Desse modo, cremos ter sido possível compreender a indispensabilidade da atuação do psicólogo na área social e comunitária, ao passo em que este aprende com a Redução de Danos um modo de se fazer e se pensar uma ação social e comunitária; e com a qual, a partir do uso de estratégias e ações concretas, possibilitar-se-á modificações na dinâmica de vulnerabilidades sociais variadas ainda presentes, a partir de um trabalho em conjunto com este mesmo público em vulnerabilidade, favorecendo o processo de atenção e cuidado junto a essas pessoas, mesmo que a partir de práticas não convencionais. Um horizonte difícil? Sim. Mas também um horizonte possível à formação de novas psicólogas e psicólogos, comprometidas/os com o trabalho social e em Políticas Públicas e Direitos Humanos ante a Psicologia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edgilson Tavares; SAAD, Luísa. **Outros Caminhos são Possíveis – Corra Pro Abraço**: Ação Pública de Redução de Riscos e Danos para Populações Vulneráveis. Salvador: Comunidade, Cidadania e Vida, 2019.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. "Relato de Experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 19, n. 1, 2019.

HINO, Paula; SANTOS, Jaqueline de Oliveira; ROSA, Anderson da Silva. "Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde". **Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)**, vol. 71, n. 1, 2018.

MACHADO, Letícia Vier; BOARINI, Maria Lúcia. "Políticas sobre Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução de Danos". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 33, n. 3, 2013.

MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; ALVES, Monalisa Barbosa. "A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável". **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 10, n. 2, 2015.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque.; SENHORAS, Elói Martins. "Orçamento de guerra no enfrentamento à Covid-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. "O Papel do Psicólogo". **Estudos de Psicologia (Natal)**, vol. 2, n. 1, 1997.

MENDES, Kíssila Teixeira; RONZANI, Telmo Mota; PAIVA, Fernando Santana de. "População em Situação de Rua, Vulnerabilidades e Drogas: Uma Revisão Sistemática". **Psicologia & Sociedade**, vol. 31, e169056, dezembro, 2019.

NATALINO, Marco **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

PAIXÃO, Diele Santos da; ROCHA, Renan Vieira de Santana; RODRIGUES, Iago Lôbo Siqueira. "A Psicologia da Libertação e o Aquilombamento da População em Situação de Rua em Salvador/BA: Reflexões através do Programa Corra Pro Abraço". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 14, 2021.

ROCHA, Edicarla Macêdo da. **"Tudo é Violência": A Percepção de Violência de Mulheres Socialmente Vulnerabilizadas do Território do Pela-Porco / Salvador-BA** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais). Salvador: UNEB, 2018.

ROCHA, Renan Vieira de Santana; BRAMBILLA, Beatriz Borges; BARROS, Brenda Dantas. "Saúde Mental em Contextos de Pandemia e Isolamento Social: Tarefas para as Trabalhadoras e Trabalhadores da Saúde". **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, vol. 8, n. 3, 2020.

RODRIGUES, Jéssica Silva; LIMA, Aluísio Ferreira de; HOLANDA, Renata Bessa. "Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 38, n. 3, 2018.

ROSA, Anderson da Silva; CAVICCHIOLI, Maria Gabriela Secco; BRETAS, Ana Cristina Passarella. "O processo saúde-doença-

cuidado e a população em situação de rua". **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 13, n. 4, julho/agosto, 2005.

SANTOS, Carla Souza dos; JACINTO, Pablo Mateus dos Santos; ROCHA, Renan Vieira de Santana. "Cuidado em Saúde Mental para a População em Situação de Rua: Uma Revisão Integrativa da Literatura Científica". **Revista Sociedade e Ambiente**, vol. 2, n. 2, 2020.

SOUZA ALVES, Anderson Felipe; ROCHA, Renan Vieira de Santana; RODRIGUES, Iago Lôbo Siqueira. "Diz em que cidade que você se encaixa, cidade alta ou cidade baixa? Gentrificação e a População em Situação de Rua de Salvador/BA". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 12, 2020.

CAPÍTULO 4

Trabalho Psicossocial com Familiares de Pessoas em Situação de Rua: Uma Experiência em Psicologia Social Durante a Pandemia de COVID-19

TRABALHO PSICOSSOCIAL COM FAMILIARES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Amanda dos Santos Lima

Renan Vieira de Santana Rocha

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues

Este artigo trata de um relato de experiência, desenvolvido a partir de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, no âmbito de um curso de graduação em Psicologia, de uma Universidade na cidade de Salvador/BA, e que teve como campo de práticas o Programa Corra Pro Abraço. Enquanto iniciativa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, este Programa tem como objetivo acolher grupos vulneráveis, baseando sua prática nas estratégias de redução de danos, na intenção de aproximar seus assistidos às políticas públicas existentes. O campo de trabalho é, portanto, multidisciplinar, e tem como principal público a população em situação de rua (a qual, a partir daqui, denominaremos como PopRua) (ARAÚJO; SAAD, 2019).

Desenvolvido entre os meses de agosto e dezembro/2020, tinha como objetivo de trabalho oferecer acompanhamento psicológico a familiares dos assistidos do programa, para elaboração de um cuidado mais amplo e que abarcasse suas diversas necessidades. Todas as atividades desenvolvidas tiveram como base as premissas da Psicologia Social Comunitária, que busca vincular sua prática na construção de autonomia do sujeito através do

processo de corresponsabilização. A Psicologia Social Comunitária é um campo da Psicologia que busca, através dos estudos sociológicos e do comportamento humano, desenvolver uma prática pautada na ética, intentando construir intervenções baseadas e realizadas dentro dos contextos sociais, comunitários e territoriais dos mais diferentes indivíduos. Dentre as principais linhas de pesquisa e atuação de psicólogas/os sociais estão: as influências sociais, discriminação, preconceito, grupos, comunicação das massas; para se compreender como as situações sociais podem inteferir positivamente ou negativamente nos comportamentos sociais, entendendo o processo no qual esta mudança pode ocorrer e a natureza da situação (ARONSON, 1979).

Neste capítulo, apresentaremos a prática desenvolvida por uma estagiária de Psicologia, devidamente supervisionada, no contexto do acompanhamento a uma familiar de uma pessoa em situação de rua, orientada pelos pressupostos da Psicologia Social Comunitária. Os atendimentos ocorreram, diante do contexto pandêmico, exclusivamente na modalidade remota. Isto, por sua vez, que permitiu uma reformulação e abertura a novas modalidades de trabalho dentro da Psicologia Social. Por conta dos atravessamentos do caso, e por não ter um estabelecimento contratual clínico convencional, os encontros não tiveram um acordo rígido quanto a duração e dia, mas ocorreram com o mínimo de um (01) encontro por semana.

CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

A Invisibilidade Social: Quem os acolhe?

Quando iniciamos uma fala sobre a população em situação de rua e/ou sobre seus familiares, como é caso deste artigo, não podemos ignorar em qual modelo de estrutura social estes se

encaixam, e quais atravessamentos derivam desta condição; então, iniciamos a contextualização deste trabalho abordando a vulnerabilidade social como questão, o que ela é e como ela permeia ou se enquadra no cenário da "PopRua" (nomenclatura costumeiramente utilizada para se referir à população em situação de rua, e a qual utilizaremos a partir deste ponto).

Desde a sua primeira citação em estudos, em meados dos anos 80, o termo "vulnerabilidade" foi associado a condições de saúde, dentro de conceitos e paradigmas um tanto restritos como os de "grupo e comportamento de risco". Foi somente através do trabalho de movimentos sociais ligados aos direitos humanos que o termo avançou para este campo, passando a integrar também as noções de saúde pública (SCOTT *et al*., 2018).

Podemos aqui tecer um paralelo deste conceito com o de "minorias políticas": diferente do significado livre que o termo solto "minorias" pode indicar, as minorias políticas podem ser maiorias populacionais e estatísticas, e apesar disso, serem também grupos cujos corpos não estão representados nas diferentes instâncias de poder, não possuem um corpo marcado como corpo de poder social e político – ou, ao menos, não reconhecido como tal. O lugar ocupado por estes grupos ou populações, sejam eles negras/os, população em situação de rua, mulheres ou LGBTQIA+, entre outros, reflete a ideia de submissão, de improdutividade e impotência política. Erroneamente categorizados, ecoam a falta de representatividade e espaços de fala, que derivam da desigualdade social que permeia a nossa sociedade que, por sua vez, irá alimentar o fenômeno que denominamos *invisibilidade social* (TIBURI, 2018).

Logo, resultante de uma série de fatores, que derivam da condição de ser minoria política e estar em vulnerabilidade, um indivíduo é considerado invisível socialmente quando direitos humanos básicos – como, por exemplo: alimentação e moradia – lhes

são negados, quando são segregados socialmente em classes e políticas públicas de cuidado e assistência não agregam as suas necessidades. O conceito de invisibilidade social, assim, não irá dialogar somente com a "PopRua", mas, também, com os grupos sociais da qual eles derivam, a exemplo dos familiares consanguíneos, e com os que são por eles formados, como famílias não-consanguíneas e amigas/os, p. ex.

No que concerne à dimensão da pobreza, falamos ainda da falta, que é proveniente da desigual distribuição de renda, que foi herdada diante do movimento de exclusão de uma parte de sua população, através da condição escravista, que perdurou em nossa sociedade por mais de 400 anos. Não podemos definir *ser pobre* de uma forma universal, e sob um único olhar; mas, no geral, fazer parte deste grupo corresponde a não conseguir um padrão financeiro estável e desejável socialmente, resultando em perda ou alteração significativa em aspectos básicos para sua própria subsistência, manutenção e/ou de sua família (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

A reverberação dessa condição social, dentro de uma sociedade capitalista, é perpetuada de forma ainda mais negativa. Dentro da sua concepção, o capitalismo dissemina que os direitos e o poder social derivam da quantidade de capital financeiro que um indivíduo possui. Advindo de uma mentalidade burguesa, o sistema capitalista busca erroneamente afirmar que todo sujeito pobre é inútil social e politicamente, cabendo a estes tão somente servir aos que, de verdade, contribuem para sociedade; que, em sua perspectiva, são aqueles que fazem parte da "classe média e/ou alta" brasileira (COMPARATO, 2011).

Estando expostas/os a tais condições, resta às políticas públicas e sociais proporcionar uma equidade social, uma vez que elas têm como objetivo principal discutir e elaborar estratégias para suprir as necessidades sociais; ainda que, apesar de ser esperada essa

função por parte das instituições e agentes do Estado, na maioria das vezes, o que se percebe é uma abstenção ou ausência (SCARCELLI, 2017). Estas situações e condições de vida nos remetem à pergunta: quem acolhe tais populações?

Diante desta perspectiva, é que o Programa Corra Pro Abraço trabalha, compreendendo a sua atuação como uma mediação de acesso a direitos que já se encontram assegurados em lei, mas que, por vezes, esbarrarão em barreiras de acesso para estas populações vulneráveis/vulnerabilizadas/*vulneradas* – no campo da bioética, o médico e professor baiano Antônio Nery Filho, pioneiro da redução de danos no Brasil, vem utilizando o termo "vulneradas" para se referir àquelas populações que já apresentam uma vulnerabilidade instalada, cujas consequências já são visíveis, diferenciando das vulnerabilidades, estas potenciais, a quais todos nós, seres vivos, estamos suscetíveis.

É também a partir desta premissa (construída a partir do trabalho das equipes e observação das mesmas sobre a população com quem trabalha) que a intervenção da Psicologia também se assenta, e a partir dela é que os atendimentos se construíram, buscando ofertar um espaço de acolhimento das diversas questões sociais apresentadas no discurso das pessoas assistidas, não se restringindo a demandas estereotipadas do se espera por parte da Psicologia – em termos, p. ex., de seu exercício clínico psicoterápico padronizado ou socialmente já conhecido e reproduzido no imaginário popular.

PROBLEMÁTICAS E PÚBLICO-FOCO

Nuances entre a "casa" e a "rua": Podemos ter mais de um lar?

A experiência que queremos aprofundar circunda o acompanhamento de um caso bastante peculiar, que se deu a partir

de uma intervenção em equipe junto a uma família, constituída por um adolescente e uma avó. Diante do grande movimento casa-rua do adolescente, e os conflitos familiares que derivavam desta condição, foi perceptível a necessidade de intervenção psicossocial, especialmente junto aos familiares do assistido. Neste trabalho, portanto, focaremos o nosso olhar na experiência do atendimento à responsável legal e avó deste assistido, tendo-a enquanto público-foco para realização do trabalho.

Por questões de sigilo, trataremos ela (responsável legal e avó) como T. Uma mulher negra, de 63 anos de idade, residente de um bairro periférico de Salvador/BA. Seu neto será identificado aqui neste trabalho como F., um adolescente trans, de 15 anos, que vive em um movimento casa-rua intenso desde os 13 anos. Não coube, no decorrer dos atendimentos, nem aqui se faz necessário julgar, qualificar e/ou classificar as motivações que impulsionavam este movimento de entradas e saídas do ambiente doméstico para a rua e vice-versa, pois tínhamos como objetivo principal intervir nas relações familiares, buscando, junto aos envolvidos, uma compreensão de tais conflitos intrafamiliares, na linha da mediação.

Como dito anteriormente, a grande movimentação por parte do adolescente foi considerada por T. o ponto de partida para as discussões e conflitos familiares. Residindo somente com F. e um outro parente, é daí que advém as principais problemáticas relacionais, que derivam do não entendimento, por parte de T., acerca dos motivos para o "abandono do lar" por parte de F. O aparente par de opostos "casa-rua" se faz presente aqui na representação familiar desses espaços como lugares de acolhimento e segurança, e de perigos e vulnerabilidades, respectivamente, enquanto para F. o diálogo entre esses espaços é tão mais presente, a ponto de considerar um extensão, complementação e até substituição do outro.

Diante disto, alguns questionamentos surgem: O que é um lar? Podemos ter mais de um? O que produz esse movimento pendular de entradas e saídas do ambiente da rua? Qual o lugar da família nestas relações? Perguntas que só puderam ser respondidas através da análise da experiência aqui apresentada, em que, posteriormente, discutiremos como foi construir cuidado com e para T.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

O Método, a Psicologia e a Pandemia

Metodologicamente, este trabalho trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência (DALTRO; FARIA, 2019). Nele buscaremos analisar e discorrer sobre os fatos apresentados no atendimento de um familiar de um jovem em situação de rua. Os atendimentos tinham como objetivo principal realizar uma escuta ativa na qual fosse possível identificar as problemáticas familiares que pudessem estar causando danos nos laços afetivos entre avó e adolescente e, consequentemente, criar intervenções psicológicas para tais problemáticas (FONTELLES *et al*., 2009).

Diante do contexto pandêmico que vivemos, vale ainda registrar, medidas sanitárias foram impostas para evitar a propagação do coronavírus, SARS-CoV-2, responsável pela pandemia da Doença do Coronavírus 2019 – COVID-19 (SENHORAS, 2021), sendo a maior delas o distanciamento social, que consiste na reclusão social domiciliar, com intuito de evitar aglomeração e consequentemente a propagação do vírus. Isto forçou a reformulação de diversas atividades profissionais, e a atuação dentro da Psicologia Social Comunitária não ficou à parte deste movimento, buscando novos métodos para estabelecer vínculo e contato (ROCHA; BRAMBILLA; BARROS, 2020), visto que estes

são a base para construção de um plano de cuidado efetivo. Deste modo, utilizamos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para diminuir os impactos negativos do distanciamento social, e os atendimentos foram realizados na modalidade remota, no turno vespertino, uma vez na semana, não tendo um dia e horário fixo, por conta das demandas do caso e do cenário no qual nos encontrávamos, o que exigiu de todas e todos flexibilidade.

As intervenções do caso tiveram como base ainda a premissa da mediação e da resolução de conflitos, que busca, através do entendimento da multiplicidade e da complexidade do termo *família*, e utilizando-se das técnicas psicológicas, propor a comunicação assertiva e a escuta não punitiva das adversidades derivadas da relação familiar (MÜLLER; BEIRAS; CRUZ, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construindo o Cuidado

Diante do espectro onde o caso se apresenta, e do modelo temporário e remoto de se fazer Psicologia, tornou-se ainda mais complexa a ideia de construir, junto à atendida, o cuidado. O caso, a princípio, foi indicado a nós pela necessidade de produzir mediação entre T. e F., sendo prioritário, para as intervenções em Psicologia, a escuta e o acolhimento da avó (T.), considerando que F. já vinha sendo acompanhado mais contínua e regularmente pela equipe do Programa. Como em suas saídas de casa, F. acaba por estar em situação de rua, e por ser adolescente, era imprescindível acionar a família como polo produtor de cuidado, lócus em que a Psicologia encontrava o cerne de sua atuação, neste caso.

Como uma das provocações oriundas destes atendimentos, por conseguinte, surge a necessidade de compreensão do que venha

a ser uma família, assim como os conflitos e laços que possam vir (ou não) a "estruturar" um lar. O conceito de família é cada vez mais dinâmico; a ideia patriarcal de família que compunha homem, mulher e sua prole, derivada da união matrimonial, não mais é considerada a única categorização do que é família; assim como não é mais definido "família" somente como os indivíduos que possuem parentescos consanguíneos. Ou seja, não há mais uma delimitação estrita, fechada, do construto "família", e apesar de haver uma construção social simbólica, cada família independe em sua constituição, construindo a sua própria história, seus laços e suas delimitações de convivência (SARTI, 2004).

Diante de tais perspectivas, se constitui a configuração familiar do caso. T., mãe de quatro filhos e avó de três netos, sempre agiu e foi considerada como "chefe da família", por arcar com os custos financeiros (Trechos retirados do Diário de Campo). No decorrer de sua vida, seus filhos construíram seus próprios laços familiares. Hoje, traz como núcleo familiar um neto e um filho, que ainda convivem na mesma residência. Vincula, instantaneamente, família ao lar, uma vez que este é considerado, socialmente, como o local onde residem os familiares. O movimento de F. entre casa e rua, por sua vez, faz sua família questionar seus laços de afetividade, uma vez que acreditam que somente "uma falha" nesta configuração pode gerar tal condição. A nós, levanta-se o questionamento: podemos ter mais de um lar?

Para responder a tais questionamentos, utilizaremos como base as premissas padrões do "que" ou "quem" pode ser compreendido como um lar: um espaço seguro, acolhedor, com laços afetivos e, eventualmente, possíveis conflitos de convivência. Porém, na nossa perspectiva de trabalho, interessa-nos analisar, complementarmente, o contexto social onde estes lares se estabelecem.

Note-se que a família reside em uma casa não própria, localizada em um bairro periférico da cidade de Salvador, que sofre com as políticas nacionais sustentadas no paradigma de "guerra às drogas". Constituída por uma mulher negra, um jovem trans e uma pessoa portadora de deficiência, a família se enquadra dentro do que já conceituamos como um conjunto de minorias políticas. Tem-se como único subterfúgio financeiro um salário mínimo, pago através de Benefício de Prestação Continuada (BPC).

É importante para o nosso fazer, enquanto psicóloga/o social, considerar, descrever e compreender o contexto sociofinanceiro, já que devemos intervir junto às circunstâncias concretas onde os indivíduos se apresentam, buscando utilizar este contexto, também, como ferramenta de trabalho (MARTÍN-BARÓ, 1997). T. representa, nesta configuração familiar, a mantenedora financeira da família, mas a vulnerabilidade social e econômica é presente, e fica visível em situações que precisam excluir necessidades e atividades básicas (como, por exemplo, compra de novas vestimentas), para darem conta dos gastos mensais possíveis.

Entendendo o contexto social de trabalho, se faz necessário, como próximo passo para construir a análise, entender a conjuntura familiar, seus laços e seus conflitos. A principal problemática do caso arremata-se nas nuances do movimento casa-rua, mas, diante dos acompanhamentos, foi possível identificar algumas questões intrafamiliares que perpassam e se vinculavam à problemática principal, sendo elas: religião, gênero e sexualidade, uso de substâncias psicoativas e alguns aspectos transgeracionais, que se farão perceptíveis no decorrer deste tópico.

Contudo, antes de adentrarmos tais questões, é interessante, para entendermos a experiência em sua complexidade, entendermos um pouco da história de vida de T., antes mesmo dela constituir a sua própria família. Filha mais velha dentre sete irmãos, era a encarregada, junto à sua mãe, dos cuidados destes e da casa, onde

teve uma criação que considera "rígida" pela quantidade de regras em casa. Descreve com afeto a relação com os pais, apesar de achar que eles eram autoritários. Tinha conflitos com o pai por conta do uso de álcool, por comportamentos derivados deste consumo e por não "querer mais seguir suas regras", como traz em um dos atendimentos. Ela decide sair de casa quando tinha em torno de 24 anos de idade, já sendo mãe de dois dos seus filhos. Quando fala de si mesma, assim, ela se descreve como: "mãe, guerreira, autoritária, trabalhadora, crente no nome de Deus" e que, apesar de tudo, teve "uma família feliz", e que construiu "uma família feliz, apesar dos conflitos que tem com F." (Trechos retirados do Diário de Campo).

Descrever e ouvir a história desta família nos leva a identificar alguns aspectos transgeracionais que consistem na herança de hábitos, costumes, valores, padrões de comportamentos, que perpassa entre gerações de uma mesma família (ALMEIDA, 2008). T sai de casa por conflitos com o pai, que considera autoritário e também pelo consumo de drogas que este fazia; seu filho sai de casa por conflitos familiares, que derivaram (e ao mesmo tempo não) do uso problemático de substâncias psicoativas; F afirma sair de casa pelo excesso de autoridade de T e, nas ruas, também passa a fazer uso abusivo de drogas. Isto, com salvaguardas, nos leva a compreender que existe a herança de elementos psíquicos na família que carregam "predisposições" para buscar em outro local ou em substâncias psicoativas aspectos que não encontram dentro do lar (ALMEIDA, 2008). Não podemos dizer com certeza quais são estes aspectos que se apresentam como "falha" ou "excesso", mas que o fato de membros estenderem a casa na rua ou buscarem nela o que lhe falta, torna a família vulnerável em diversos aspectos, uma vez que "viver na rua" é estar suscetível a violências, estas que podem vir reverberar nos laços familiares. Logo, ao mesmo tempo, "estar na rua", para tais sujeitos, pode ser um meio de encontrar ou suprir uma necessidade, que seu "lar" convencional não consegue oferecer e/ou compreender. O porquê de tornar a rua "um novo lar",

aqui, também não pode ser afirmado, mas, diante de estudos, podemos arriscar que seja por uma possível identificação social.

O que concluímos disso é que dentro das configurações padrões não temos um lar "completo" ou "perfeito", mas "lares", espaços que irão se complementar e ofertar bases sociais acolhedoras para as diversas demandas que temos, e que em algum momento nos farão sentir seguros, através dos diversos laços afetivos que podemos construir. Esta é a compreensão que fazemos sobre o movimento casa-rua do adolescente, buscando neste espaço a completude e formulação do seu próprio "lar".

Mesmo diante desta hipótese sobre a problemática principal, ainda estávamos construindo cuidado junto a T. de forma ética, sem que nada sobre tal caísse sob sua total responsabilidade, buscando dialogar sobre os outros aspectos que permeiam o movimento casa-rua de seu neto, com a intenção de minimizar os efeitos negativos desta condição. Duas outras dimensões de trabalho, com efeito, se destacaram, que são os conflitos existentes entre a religião cristã seguida por T. e a identidade de gênero/sexualidade apresentada por F. Como já foi citado, F. é um jovem homem trans, em situação de rua, o que nos permite dizer tratar-se de uma pessoa invisibilizada socialmente, primeiro pela sua identidade de gênero, segundo pela sua condição social. T., uma mulher, negra, periférica, analfabeta funcional e idosa; ou seja, também ela categorizada dentro do espectro das minorias políticas. Ambos nestas condições, não vêem ofertados com frequência espaços de fala e de aprendizado, para que possam realizar trocas, tirar dúvidas. A falta deste espaço ou momento faz com que surjam conflitos entre as gerações, o que podemos considerar até um certo ponto "normal", dentro da convivência familiar. Mas, quando uma das partes busca justificar ou compreender as relações com base nos seus próprios preceitos, ou em sua fé, por exemplo, um problema que poderia ser discutido com maior simplicidade torna-se em uma crença rígida que, por si

só, traz a sensação de insolubilidade, gerando diversos conflitos familiares entre T. e F.

O que ocorre no caso que aqui se apresenta é por uma falta de acesso a informações, o que é comum a pessoas em situação de vulnerabilidade social. T. busca nos meios possíveis entender e justificar a identidade de gênero e a sexualidade de F., e o caminho que encontra é através da religiosidade/ensinamentos/dogmas cristãs(ãos). Assim como na situação anterior, a sexualidade já foi pauta de discussão na família, uma vez que uma das filhas de T. se afirma lésbica. Ela passa, então, a buscar informações sobre como lidar com tal questão, que, para ela, era nova, como traz em sua fala: "Busquei vídeos no YouTube, para entender essas questões de F. e da minha filha, e não entendi muito bem, mas aceito, desde que elas não fiquem por aí esfregando isso na cara dos outros, o que tiverem que fazer, que façam dentro de casa" (Trechos retirados do Diário de Campo). Esta é uma das falas que demonstra diversos pontos importantes, onde, por exemplo, e apesar dos pesares, há muito afeto nas relações dentro da família, pois ela demonstra buscar meios de manter uma relação saudável.

Outro ponto importante deriva do medo ao preconceito que seus familiares podem sofrer, que fica mais evidente a cada fala. Para a Psicologia Social, de forma ampla, preconceito nos remeterá à espera de certas características ou comportamentos sob um objeto ou ser humano, que é estereotipado e julgado por um único viés (ARONSON, 1979; MARTÍN-BARÓ, 1997). Este medo é evidenciado melhor na seguinte fala: "Você viu na televisão, o homem foi espancado porque é gay. É isso que falo com F., essas coisas podem acontecer, ainda mais na rua, que ninguém respeita quem está na rua" (Trechos retirados do Diário de Campo).

Estas indagações demonstram certa consciência sobre o que é fazer parte de um grupo social que foi invisibilizado, assim como demonstra a luta de tais famílias para manter seu ente seguro. Não

estamos aqui compactuando ou julgando os métodos de T., mas fazendo uma leitura crítica do caso, pois são diversos os momentos durante o atendimento em que ela expressa preocupação, por vulnerabilidades sociais, por ausência ou desmantelamento de políticas públicas que deveriam dar assistência a tais públicos, por não ter condições financeiras de ofertar um espaço seguro para sua família, por não poder ofertar nada além do mínimo, entre outros exemplos.

De posse destas informações sobre o caso, temos, agora, maiores e melhores condições de refletir sobre a experiência em si, tendo em conta o fazer profissional a partir da Psicologia Social.

AVANÇOS E DESAFIOS

Afinal, o que é fazer Psicologia Social?

Diante das especificidades do caso, o programa teve que realizar diversos matriciamentos, com o objetivo de atender às demandas familiares de maneira o mais integral possível. E o resultado destes movimentos, com certeza, foi o maior avanço para o caso, uma vez que a equipe do programa que atendia especificamente F. conseguiu local de acolhimento para ele, fazendo com que o movimento que, antes, era casa-rua, passasse a ser casa-unidade de acolhimento. Esta condição reverberou positivamente na relação familiar e nos laços afetivos entre T. e F. Fez com que os atendimentos que eram realizados com a avó pudessem ser mais direcionados a ela, e não somente às problemáticas familiares, o que enfatizou a importância da existência de um programa como o Corra Pro Abraço, que realiza seu trabalho dentro da perspectiva transdisciplinar.

Também levando em conta as especificidades do caso e, principalmente, as condições de trabalho impostas pela pandemia, um dos principais desafios era como ofertar um espaço de produção de saúde, tendo como base a Psicologia Social em um modelo de atendimento remoto. Para tal, se fez necessário repensar o fazer da Psicologia, e buscar reformular o pensamento sobre o que é atendimento psicológico, utilizando, por exemplo, estudos de autores como Martín-Baró (1997) que, em seus escritos, traz o transformar as condições opressivas do seu contexto em condições de trabalho. E, assim, foram traçadas estratégias e levantadas perspectivas técnicas, para que, mesmo à distância, um vínculo fosse construído, para transmitir confiança à pessoa que estava do outro lado do telefone, buscando sempre, através da escuta, ativar, fomentar pontos de diálogos necessários, para que pudéssemos cumprir o objetivo de nossa intervenção e, ao final, não somente "oferecer um espaço de fala", mas, um local fértil onde, juntas, estagiária e assistida, promovêssemos saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados e da experiência vivida, podemos dizer que, em suma, os familiares da população em situação de rua, assim como eles, são pessoas invisibilizadas. Pertencentes ao grupo de minorias políticas, por terem seus direitos ignorados pelas autoridades do Estado, faz-se com que fiquem em posição social vulnerável, impedidos muitas vezes de construir um espaço familiar seguro e adequado junto aos seus entes. Como foi possível observar neste trabalho, a ideia de família ou a idealização do que vem a ser um espaço familiar irá perpassar não somente pelas nossas experiências individuais, mas, também pelo contexto social no qual essa família se estabelece, que envolve desde o seu local de

moradia aos grupos sociais que seus entes ocupam. Esta condição resulta responsabilidade em nós, enquanto profissionais de saúde, e leva-nos a buscar, através da ética e da corresponsabilização, formular junto e para com estes grupos vulneráveis/vulnerabilizados/*vulnerados* estratégias e meios para que o restante da população e, principalmente, as instâncias governamentais, retirem a sua concepção social preconceituosa do fronte.

Tal como, podemos construir trabalhos baseados nas nossas experiências, como é o caso deste artigo, que possa trazer a discussão para fora da *bolha* das equipes de cuidado, tendo como objetivo utilizar dos nossos privilégios enquanto acadêmicas/os para ofertar o máximo de visibilidade possível para as condições de vida desta população, que não é minoria quantitativa, mas é ignorada por uma sociedade capitalista.

Assim, os elementos que apresentamos acima, destaque-se, são excertos do caso, que podem nos auxiliar na apresentação e na compreensão macroscópica da experiência vivida, a qual queremos, prioritariamente, compartilhar. Assim, mais do que nos aternos a um caso em específico, em si, queremos e aqui procuramos apresentar elementos que pudessem colaborar nesta *visão de sobrevôo* de uma experiência em Psicologia Social direcionada à população em situação de rua, levantando provocações sobre estar e atender a familiares de pessoas em situação de rua – quanto mais no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Concluímos, portanto, este trabalho, enfatizando a importância de programas como o Corra Pro Abraço, e a relevância de sua expansão, em termos de pesquisas e publicações, em caráter qualitativo e quantitativo, uma vez que sua premissa de cuidado busca respeitar o sujeito em sua individualidade, oferecendo, dentro das possibilidades do seu contexto, estratégias e métodos de produzir saúde e resgatar a cidadania de indivíduos que foram, por um aspecto

social e econômico, invisibilizados e marginalizados na sociedade brasileira – podendo servir, potencialmente, como um exemplo de boas práticas a serem ponderadas no desenvolvimento de novas tecnologias de cuidado para futuras/os profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. S. "A Força do Legado Transgeracional numa Família". **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 10, n. 2, dezembro, 2008.

ARAÚJO, E. T.; SAAD, L. **Outros Caminhos são Possíveis – Corra Pro Abraço**: Ação Pública de Redução de Riscos e Danos para Populações Vulneráveis. Salvador: Comunidade Cidadania e Vida, 2019.

ARONSON, E. **O Animal Social**: Introdução ao Estudo do Comportamento Humano. São Paulo: IBRASA, 1979.

BARROS, P. R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. "Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma Estabilidade Inaceitável". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 42, maio, 2000.

COMPARATO, F. K. "Capitalismo: Civilização e Poder". **Estudos Avançados**, vol. 25, n. 72, janeiro, 2011.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. "Relato de Experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 19, n. 1, abril, 2019.

FONTELLES, J. M.; SIMÕES, G. M.; FARIAS, H. S., FONTELLES, G. S. R. "Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a Elaboração de um Protocolo de Pesquisa". **Revista Paraense de Medicina**, vol. 23, n. 03, setembro, 2009.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. "Orçamento de Guerra no enfrentamento à COVID-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. "O Papel do Psicólogo". **Estudos de Psicologia (Natal)**, vol. 2, n. 1, maio, 1997.

MÜLLER, F. G.; BEIRAS, A.; CRUZ, R. M. "O Trabalho do Psicólogo na Mediação de Conflitos Familiares: Reflexões com Base na Experiência do Serviço de Mediação Familiar em Santa Catarina". **Aletheia**, n. 26, dezembro, 2007.

ROCHA, R. V. S.; BRAMBILLA, B. B.; BARROS, B. D. "Saúde Mental em Contextos de Pandemia e Isolamento Social: Tarefas para as Trabalhadoras e Trabalhadores da Saúde". **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, vol. 8, n. 3, setembro, 2020.

SARTI, C. A. "A Família como Ordem Simbólica". **Psicologia USP**, vol. 15, n. 3, julho, 2004.

SCARCELLI, I. R. **Psicologia Social e Políticas**: Pontes e Interfaces no Campo da Saúde. São Paulo: Zagodoni, 2017.

SCOTT, B. J.; PROLA, A. C.; SIQUEIRA, C. A.; PERREIRA, R. R. C. "O Conceito de Vulnerabilidade Social no Âmbito da Psicologia no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Literatura". **Psicologia em Revista**, vol. 24, n. 2, agosto, 2018.

SENHORAS, E. M. **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

TIBURI, M. **Feminismo em Comum**: para Todas, Todes e Todos. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2018.

CAPÍTULO 5

Acolhimento a Trabalhadores de Serviço Especializado em Abordagem Social no Estado de São Paulo: Um Relato de Experiência na Formação em Psicologia

ACOLHIMENTO A TRABALHADORES DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Alicia Schmoeller Bernardo

Damiana Denise do Nascimento

Mayara Fortunato Mendes

Renan Vieira de Santana Rocha

A partir da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, a noção de igualdade de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais foi tomando maiores proporções, mediante a ideia de que todos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Entretanto, o questionamento que perpassa com o passar do tempo é o de a *quem* se refere a palavra "todos"? Ela engloba os ditos "invisíveis" da sociedade?

De acordo com o Art. 1º da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, as necessidades básicas das cidadãs e cidadãos brasileiros devem ser garantidas e atendidas a partir de ações públicas, sendo essas um direito de todas e todos e um dever do Estado (BRASIL, 1993); tal lei, conhecida como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foi o princípio do estabelecimento de objetivos, estratégias e diretrizes nacionais para que as políticas de assistência social fossem concretizadas. Porém, ela não abrangia a população em situação de rua diretamente, e após uma trajetória de 12 anos da promulgação da LOAS, essa parcela dita "invisível" da sociedade foi finalmente assistida legalmente, a partir da Lei nº. 11.258, de 30 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Diante o exposto, observamos que a realidade é contrária ao que foi instituído na DUDH, pois a população em situação de rua, posta sua vulnerabilidade social, sobrevive e resiste diante de uma sociedade que os exclui e, quando enxergados, são vistos com olhares preconceituosos e de reprovação.

Não obstante, em 2009, através do Decreto nº. 7.053, foi instituída uma Política Nacional para a População de Rua (PNPR), que modifica substancialmente este cenário. Note-se que, por exemplo, em seu Art. 1º, consta uma caracterização dessa população:

> [...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a, p. 16).

Foi com este público que esta prática de estágio se sucedeu. Através desses indivíduos, em situação de extrema vulnerabilidade social, e a partir do lugar de estudantes de psicologia, destacamos, logo de cara, como o trabalho desenvolvido diariamente nas ruas pode afetar a vida de todos os envolvidos, seja no âmbito pessoal, social e/ou profissional, e cabe a nós proporcionarmos uma escuta ativa e o acolhimento dessas angústias, para todos os agentes envolvidos no jogo destas relações.

Perante a PNPR e a Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009, foram estabelecidos serviços de atendimento a pessoas em situação de rua, sendo um deles o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), o qual visa assegurar o trabalho social

de busca e abordagem de pessoas em condições de vulnerabilidade social através da resolução de necessidades imediatas e a inserção dessas pessoas em redes de serviços locais (BRASIL, 2009b). Essa instituição consta com um quadro de funcionárias/os composto, em geral, por assistentes sociais, psicólogas/os e orientadoras/es sociais, que utilizam as ruas, portanto, como o seu principal local de trabalho.

Contudo, segundo Silva, Berto e Romera (2021), o papel desses trabalhadores, ditos como "educadores sociais", muitas vezes acaba se limitando ao nível organizacional, não desenvolvendo abordagens engajadas e propostas transformadoras para o público atendido. A partir da prática do Estágio Supervisionado Específico em Psicologia Institucional, que foi realizado por um trio de estagiárias de uma Universidade na cidade de São Paulo, de forma remota – e que é objeto de nossa presente análise – foi percebido, mediante a experiência vivenciada com estes agentes, a insatisfação diante das limitações existentes na realização do trabalho na instituição, as quais se tornam, por sua vez, palco para que a Psicologia atue de forma a proporcionar uma escuta ativa e qualificada, trazendo acolhimento também a esses trabalhadores. O acolhimento nesta esfera, cremos, pode funcionar como um catalisador para pensar as durezas da prática profissional, mas também rotas possíveis para o autocuidado, na condição de trabalhadores desta política pública.

O presente estudo, desta forma, visa abordar de forma geral a caracterização da população em situação de rua, bem como do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS). Abarcaremos o método utilizado para a escrita desse estudo, que diz respeito ao Relato de Experiência (DALTRO; FARIA, 2019), tal qual o desenvolvimento da experiência vivenciada durante os encontros; e as dificuldades encontradas na prática do estágio, que dizem respeito a elementos como a gestão local, o lugar para a realização dos encontros, o alinhamento das informações para a realização das

práticas, além de poucas informações específicas na literatura sobre o trabalho psicológico junto a orientadores sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo teve como metodologia utilizada o Relato de Experiência, que, segundo Daltro e Faria (2019), é considerada uma ferramenta de inúmeras possibilidades para o registro científico de práticas em saúde e a partir da própria Psicologia, tendo como princípio a experiência daquele que vivencia determinada prática, propriamente dita, sendo esta, portanto, o foco e objeto de análise do método. Isto confere ao método relativa plasticidade e liberdade, na medida em que não se atém diretamente à fala de respondentes de pesquisa, mas à vivência do trabalhador-pesquisador, para a produção das análises que deseja realizar.

Não obstante, levando em consideração o relato dos orientadores sociais e as experiências vividas que foram trazidas através dos discursos dos participantes das intervenções, as autoras citadas sugerem que o relato de experiência não se limite a construir uma obra-fechada, mas que busque saberes inovadores, partindo da construção teórico-prática que se propõe ao refinamento de saberes sobre a experiência em si (DALTRO; FARIA, 2019, p. 228).

Logo, através do desenvolvimento do estudo em questão, pretendemos abarcar e compreender os fenômenos vivenciados a partir do estágio, de forma a construir uma narrativa que não objetiva propor a última palavra, mas que tem caráter de síntese provisória (DALTRO; FARIA, 2019, p. 235), trazendo reflexões das autoras a respeito do assunto abordado, mas compreendendo esta experiência como uma das várias possíveis, e sob estritos cuidados éticos a todo o tempo, no que tange à narração que se seguirá.

ANÁLISE E RESULTADOS

O trabalho realizado no SEAS se difere de muitas redes de serviços, posto que há uma variedade de atividades e ferramentas que podem ser utilizadas e aplicadas, já que as necessidades variam de acordo com o contexto, região, território, população, etc.

A instituição em foco na nossa experiência possui administração indireta, via organização sem fins lucrativos, que possui a finalidade de fornecer atividades de desenvolvimento e reinserção social à população masculina em situação de rua. Aqui, já se nota um ponto de destaque, já esta organização se difere do SEAS enquanto serviços, posto que este é ofertado para adultos, crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, entre outros. O SEAS aqui em questão, contudo, funciona de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa identificando nos territórios as incidências de situação de violação de direitos. Os atendimentos junto ao público alvo são realizados de forma multidisciplinar com equipe especializada, de orientadores sociais, técnicos, auxiliares administrativos e gerente.

A finalidade do SEAS é de construir o processo de saída das ruas, possibilitando condições de acesso às redes de serviços e a benefícios assistenciais, identificando famílias e indivíduos com seus direitos violados, qual a natureza dessa violação, as condições em que vivem, as estratégias para sobreviver, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições. Além disso, o serviço promove ações de sensibilização para a divulgação dos trabalhos, direitos e necessidades de inclusão social e ações para a reinserção familiar e comunitária. A instituição deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção

na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, sempre com o intuito da garantia de direitos.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, primeiramente, nos articulamos junto à gestão da unidade, para obter informações básicas sobre o serviço e as/os trabalhadoras/es do mesmo. Desta compreensão, foi possível formular a intervenção que seria realizada, passando-se à realização dos encontros junto aos orientadores sociais (que foram no total de sete encontros). As práticas ocorreram de forma totalmente remota, tendo em vista o contexto de pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (SENHORAS, 2021).

Do vivido, passaremos então à apresentação e à análise da experiência, priorizando, sobretudo, em acordo ao método selecionado, a narrativa das estagiárias sobre a prática realizada – utilizando-nos, assim, de elementos do serviço e de falas dos participantes dos encontros somente quando necessário, para contextualizar a fala das estagiárias, e resguardados em absoluto os critérios de sigilo e confidencialidade.

Apresentando a Experiência

No primeiro encontro, estivemos disponíveis em três diferentes horários, com o intuito de conhecer os grupos e os participantes, mas nenhum participante compareceu aos encontros. Já no segundo encontro, alguns trabalhadores compareceram no último horário agendado, iniciando suas falas quase da mesma maneira, descrevendo sentirem-se cansados, esgotados e sobrecarregados após o fim do expediente, e que isso acontecia principalmente pelo fato de encontrarem dificuldades em dividir as demandas de trabalho com as demandas da vida pessoal. Percebemos

que tais trabalhadores, a partir de suas vivências, entendem o atendimento psicológico como algo pronto, a fim apenas de diagnosticar transtornos. Um deles trouxe uma angústia genuína, onde demonstrou extrema preocupação com a suposição de que veríamos os acolhidos como doença e não como pessoa.

No terceiro encontro, após conversar com a gestão do serviço no decorrer da semana, ficou acordado que atenderíamos grupos distintos em um horário fixo. Os participantes dessa sessão estavam todos conectados em um único aparelho celular, o que dificultou para entendermos o que estava sendo dito – todavia, a prática ocorreu. Questionamos como era o trabalho deles na instituição e como se sentiam diante dos desafios diários de lidar com pessoas em vulnerabilidade social e fomos questionadas acerca da confiabilidade, do sigilo e da confidencialidade do espaço ali ofertado. Percebemos que eles se sentiriam mais confortáveis para falarem sobre suas frustrações quando enfatizamos que todas as informações do encontro eram, então, sigilosas, e que não passaríamos os relatos de forma identificada para fora daquele espaço. Eles demonstraram várias vezes se sentirem incomodados com os limites impostos para a conclusão do trabalho, como se houvesse uma barreira "invisível" que os impede de ajudar efetivamente os assistidos pela instituição. No início desse encontro, ficamos também incomodadas com a fala de um dos orientadores que, ao ser convidado para falar, questiona se éramos "bonitas", pois só falaria com as mediadoras do encontro caso esse questionamento se fizesse verdadeiro e, ao aparecer para falar, questionou à estagiária que mediava o encontro naquele momento se ela era solteira, insinuando que só contaria seus relatos após essa informação. Esta situação gerou um enorme desconforto, mas apesar disso, conseguimos mediar o encontro, mantendo uma postura séria e enfatizando que estávamos ali presentes para falarmos do trabalho deles na instituição, e não de outros assuntos.

No quarto encontro, notou-se uma profunda ansiedade e aflição presente em todos da equipe quando, logo no início do encontro, começaram a compartilhar suas demandas. Um discurso muito presente mais uma vez foi o do sentimento de impotência, das dificuldades e dos limites encontrados por eles quando tentam auxiliar os atendidos a partir de seu trabalho; além de, novamente, compartilharem que não há uma orientação, capacitação ou formação específica para que o trabalho seja realizado. Isso impacta em muitos aspectos, como na execução, qualidade e eficiência do trabalho realizado. Não é à toa que, nesse encontro, pode-se ouvir muitas frases firmadas em um notório preconceito estrutural sobre a própria população em situação de rua.

No quinto encontro, nos foi informado pela gestão do serviço que atenderíamos a um grupo novo, mas fomos surpreendidas ao nos depararmos com um grupo já atendido anteriormente, porém com dois integrantes a menos, onde um foi desligado e outro foi transferido de unidade. Notamos que, além da falta de experiência e instrução para a realização do trabalho, alguns orientadores têm percepções distorcidas da realidade dos assistidos, os julgando como "favorecidos" mediante a situação de vulnerabilidade em que se encontram, como se estivessem usufruindo de regalias que o governo e instituições proporcionam. Outro ponto observado diz respeito a um certo preconceito, a partir de algumas observações, em que um dos presentes que afirmou conseguir lidar com qualquer tipo de pessoa após começar o trabalho na instituição, sendo elas homossexuais, pessoas em situação de rua ou até bandidos. Por fim, notamos um discurso meritocrático nas falas do grupo, que afirmaram que muitos moradores estão em situação de rua por vontade própria e basta eles se esforçarem e terem força de vontade que conseguirão sair dessa situação de vulnerabilidade e até de um "vício de drogas", insinuando que seja um processo fácil.

No sexto encontro, atendemos novamente um grupo já conhecido, porém, recebemos informações de que um colaborador havia sido transferido para outra unidade, e uma nova colaboradora integrava o grupo há uma semana. Começamos informando que iríamos trabalhar com perguntas norteadores a respeito do tema "Projeto de Vida", ao que os orientadores concordaram em seguirmos o encontro, para refletirmos juntos sobre o que isso significava para cada um ali presente. A partir da conversa obtida com esse grupo, primeiramente percebemos, mais uma vez, a grande rotatividade que há nas equipes dos SEAS, pois havia dois novos funcionários e um dos orientadores que tínhamos atendido não fazia mais parte da equipe. Observamos também a diferença de nível de instrução que há entre as equipes, onde, em comparação com a equipe que atendemos na semana passada, essa se mostrou mais motivada e com uma visão diferente sobre a população em vulnerabilidade social, não os enxergando como "viciados" e "pessoas que querem tirar proveito" do que o Estado os proporciona. Muito pelo contrário, as falas dos orientadores trouxeram uma visão de que o serviço de assistência não prevê ajuda, auxílio ou regalias a esta população, mas sim direitos que são privados dessa população e muitas vezes eles não têm instrução de que podem ter acesso a eles. Embora na fala de todos haja a frustração de ter que lidar com limites e a falta de políticas públicas que os auxiliem, esse grupo mostrou saber lidar com isso de forma conjunta, o que demonstra um envolvimento entre o grupo e o apoio da parte de cada orientador.

O sétimo e último encontro se fez com apenas dois participantes, sendo que, durante a realização do encontro, aconteceram algumas interferências externas, como microfonia com o celular utilizado pela equipe e interferências internas, como pessoas entrando falando alto o tempo todo na sala em que se encontravam os colaboradores. Foi um encontro difícil devido às dificuldades de comunicação e de colaboração dos orientadores. Um deles, contudo, se demonstrou super interessado e participou de

forma ativa, sempre tentando explorar ao máximo as respostas dadas. Porém, o outro não mostrou essa mesma vontade, fornecendo poucas respostas e todas elas bem sucintas, não permitido que pudéssemos explorar maiores pontos junto a ele. No começo, ficamos frustradas pelo comportamento apresentado pelo segundo colaborador, mas, conforme o encontro foi acontecendo, foram levantadas algumas hipóteses para o mesmo, como ser o fim de seu expediente e ele querer ir para casa, ou a falta de organização do serviço para com o espaço em que ocorria a prática, atrapalhando a escuta e, de alguma forma, quase rompendo com o sigilo necessário ao encontro. Esses ocorridos finais podem ter dado a impressão de que o encontro era algo não tão importante e apenas de caráter obrigatório, mas, a despeito disto, o encontro ocorreu e foi conduzido até o fim.

Em sua totalidade, os encontros evidenciaram pontos de facilidade e de dificuldade no trabalho que envolve o acolhimento a profissionais de um serviço do tipo do SEAS, mas, em sentido geral, proporcionaram uma prática de estágio bastante significativa ante a nossa análise, como nos debruçaremos no tópico a seguir.

Analisando a Experiência

No período de sete semanas, foi realizado o acolhimento psicológico com cinco grupos distintos e, mesmo com alto número de pessoas diferentes, nota-se demandas comuns, como o curto período em que atuam na instituição, a rotatividade dos colaboradores, a falta de preparo e treinamento dos orientadores, a falta de meios para realizar o trabalho, a precarização das políticas públicas e o sentimento de impotencialidade. Acerca disto, notemos:

> Os educadores sociais, principais referências para os sujeitos que acolhem, precisam ver-se como profissionais que carecem de atenção das políticas públicas, com investimento na qualificação, visando a conferir maior qualidade ao atendimento que prestam. Portanto, o investimento na formação dos trabalhadores de forma sistemática pode significar prioridade na oferta de ações direcionadas às necessidades das pessoas em situação de rua (SILVA; BERTO; ROMERA, 2021, p. 559).

Os direitos de população em situação de rua podem ser assegurados através da LOAS, da PNPR e de outras resoluções e declarações publicadas em âmbito nacional, mas faltam condições reais para a efetivação das políticas públicas em questão, de modo a garantir a prática adequada destes trabalhadores em seus serviços.

Acerca disto, Macêdo (2018) define *Políticas Públicas* como ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado como forma de garantir os direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São, assim, medidas e programas criados pelos governos, dedicados a garantir que os direitos sejam praticados, assegurando, assim, o bem-estar da população. As ações não nascem, desta feita, de necessidades ou simples desejos do Estado, mas sim conforme as demandas e necessidades da sociedade. Dessa forma, "política pública é muito mais do que um conjunto de normas administrativas ou burocráticas. Ela é uma manifestação de um jogo de forças, de conflitos de interesses" (STUCKY, 1997, p. 52).

Para que as políticas públicas sejam efetivas, elas precisam cumprir três fases: planejamento, implementação e avaliação. A necessidade do planejamento ocorre, principalmente, por conta da escassez dos recursos; portanto, se torna imprescindível a eleição de prioridades (Cf. MACÊDO, 2018).

As políticas públicas brasileiras têm, conduto, sido discordantes deste ideal. Suas intervenções são, muitas vezes, desagregadas, com programas planejados em diferentes secretarias e setores que não se veiculam adequadamente às normativas nacionais ou mesmo aos ideais que as fundamentam. Infelizmente, isto faz com que a maioria delas, sobretudo a partir da assistência social, tenha natureza assistencialista ou tutelar, ocasionando em incapacidade das ações de alterar a situação de pobreza e exclusão social da população em situação de rua ou de outras vulnerabilidades sociais.

Essa ausência de políticas públicas que façam garantir os direitos da população em situação de rua, em sua vulnerabilidade social, segundo o relato dos próprios trabalhadores desta experiência, faz com que eles vivenciem e potencializem esse sentimento de impotência, pois, segundo seus relatos, sentem-se "de mãos amarradas", "enxugando gelo", e que não conseguem realizar o seu trabalho de maneira efetiva e eficiente.

Outra demanda para a problematização das políticas públicas é pensar o direito à saúde, educação, cultura, esporte, lazer, moradia e alimentação no contexto de unidades socioeducativas e de unidades de acolhimento. A fim de ressaltar o sofrimento que essa população vive acerca da falta das políticas públicas, segue a fala de uma pessoa em situação de rua, retirada da Cartilha "Direitos do Morador de Rua: Um Guia na Luta pela Dignidade e Cidadania (2010)", do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG):

> É o que eu acho, que eu faço parte de outra sociedade. Você faz parte de uma, eu faço parte de outra. Porque agora você vai sair daqui, você vai deitar no seu colchãozinho. Não vai? Não vai tomar o seu banhinho? Eu não vou poder. Se eu quiser, eu vou ter que ir lá no BG: "chuuu!" Água gelada. Certo? [...] Você vive, eu vegeto. Eu estou tentando e é o que acontece com todo mundo, você tenta se manter vivo.

> [...] Agora, já, já você vai sair daqui, não vai? Eu vou deitar ali. Eu faço parte da cidadania? Não, eu sou um número a mais. Eu sou um zero à esquerda. Porque eu acho que nem no IBGE eu estou passando. Então, é triste. É a realidade, mas é triste. Entendeu? Nem no IBGE" (MPMG, 2010, p. 26).

Acerca desta realidade, tão bem descrita no trecho citado acima, Silva, Berto e Romera (2021) trazem ainda mais contribuições, pensando o lugar dos orientadores/educadores sociais neste ínterim, desde que devidamente capacitados/formados para tal:

> As experiências de vida não são suficientes para um trabalho que se queira pedagógico e politicamente engajado, com vistas à transformação social. A formação sistematizada e permanente precisa acontecer para que a atuação dos educadores sociais seja efetiva na redução das desigualdades sociais. (SILVA; BERTO; ROMERA, 2021, p. 558).

O que se encontra na prática, entretanto, é algo completamente distinto, em que parece haver uma enorme lacuna referente a essas questões. Os orientadores com os quais tivemos contato, em sua maioria, acabam tendo poucos meses de trabalho na instituição, e muitos deles tem pouca ou nenhuma experiência anterior para exercer a função que lhes foi concedida. As experiências anteriores são distintas e variam muito. De todos os colaboradores acolhidos, poucos faziam externamente algo diretamente relacionado à área. Ademais, não parece haver pré-requisitos para a realização do trabalho, além do Ensino Médio Completo e o desejo de se ter uma fonte de renda.

Segundo Silva, Berto e Romera (2021), ainda que os educadores sociais em nível médio não realizem um trabalho pedagógico, eles desenvolvem um trabalho em nível organizacional e menos como uma abordagem engajada, propositiva e transformadora. A questão, assim, é que essas pessoas, independente do seu nível de escolaridade e da sua área de atuação anterior, vem de outros empregos e são colocadas diretamente para atuação, sem maiores capacitação oferecidas pelo poder público, ou mesmo habilitação ou treinamento para a realização do seu trabalho nas especificidades que seriam esperadas, contando somente com o que vão observar no campo ante a atuação dos colegas que ali estão a mais tempo, e se baseando na sua própria experiência de vida, o que, segundo os autores já citados acima, não são elementos suficientes para que um trabalho pedagógico e politicamente engajado seja realizado.

Sicari e Zanella (2018) afirmam ainda que o modo como a sociedade compreende as pessoas em situação de rua foi sendo transformado ao longo do tempo. Essas pessoas eram compreendidas como migrantes e desempregadas; e no início dos anos 2000 começa-se a compreendê-las a partir da exclusão e da vulnerabilidade, o que fomentou o desenvolvimento de políticas públicas, mas também intensificou o preconceito social. A falta de treinamento e capacitação para os orientadores sociais, além de impactar diretamente em um trabalho que não vai ser desenvolvido de forma engajada e transformadora, acarreta fomentar alguns destes preconceitos e estereótipos em relação à população em situação de rua, o que gera um paradoxo, já que os serviços como os SEAS são criados exatamente para o enfrentamento a este preconceito. Sicari e Zanella (2018) identificam, ainda, uma rotulação da pessoa em situação de rua como “doente”, e afirmam que a construção desse estereotipo está presente tanto nos estudos acadêmicos quanto nas práticas institucionais que exercem um controle sobre o corpo e a

vida dessas pessoas, através da medicalização e das normas do cuidado em saúde e assistencial.

Os preconceitos que deveriam ser descontruídos antes de se iniciar uma intervenção com a população em situação de rua acabam sendo, por tudo isto, reforçados nas práticas, um resultado direto da falta de preparo e capacitação dos educadores. No decorrer dos encontros, foram observadas diversas falas preconceituosas, como equiparando homossexuais e transexuais com assassinos; que as pessoas em situação de rua estavam e continuavam ali porque recebiam diversos benefícios governamentais sem precisarem trabalhar; permaneciam nessa situação por gostarem de usar drogas e serem dependentes e que recebiam muitas regalias e que, por isso, muitos gostavam dessa vida. Nenhum dos colaboradores que trouxeram falas como estas, contudo, disseram ouvir qualquer coisa relatada da boca das pessoas em situação de rua, o que afirma e reafirma que o preconceito estrutural, que deveria ser aniquilado antes ou durante a execução dessa prática, acaba sendo reforçado e ganha ainda mais força, quando a prática se torna apenas um trabalho como qualquer outro, sem engajamento com um propósito de mudança, o que faz com que a prática entre em contradição. Vide que: "Os educadores sociais ainda se confrontam com dificuldades e contradições em seu cotidiano de trabalho" (BOTTEGA; MERLO, 2010, p. 263).

Ainda ocasionado pela ausência de projetos voltados para educação, capacitação, treinamento e habilitação desses orientadores sociais, somados aos preconceitos e estereótipos não quebrados e sim, fomentados, nos deparamos com outro pilar estrutural da sociedade, uma visão enraizada ao patriarcado: o machismo.

Segundo Drumont (1980, p. 82):

> O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. [...] Assim, o machismo representa e articula (reações reais e imaginárias) esta dominação do homem sobre a mulher na sociedade.

Infelizmente, mais uma vez, três mulheres foram expostas a essa relação de poder estrutural que denominamos de machismo, haja posta a experiência de interpelação sofrida por uma das estagiárias, como citado acima. Esse tipo de comportamento demonstra despreparo e só reafirma a importância de um trabalho de educação e capacitação destes trabalhadores.

Em síntese, no decorrer dos encontros, foram encontradas algumas adversidades, como: dificuldade de comunicação interna e externa, falta de aparelho e conexão adequada para a realização das intervenções, desprovimento de um local mais reservado para os atendimentos. Contudo, também detectamos a necessidade e o desejo destes trabalhadores em serem escutados e também cuidados, posta a dureza da natureza de seu trabalho, e a necessidade e o desejo de maior qualificação para o seu exercício profissional. Isso denota que há muita potência no trabalho destes agentes, desde que devidamente amparados para tal, ao nível do trabalho de cada um, mas também ao nível da garantia da boa execução das políticas públicas para a população em situação de rua.

Como sugestão de melhoria, portanto, recomendamos que a comunicação institucional seja feita de forma mais ágil e clara, tanto para com os estagiários quanto para com os orientadores e supervisores; seja assegurado um local reservado e silencioso para a realização de atendimentos psicológicos, afim de garantir o vínculo

terapêutico e o sigilo, mas também a saúde mental destes trabalhadores; e que as participações em grupos e projetos como estes não sejam obrigatórias, mas sim de critério voluntário, onde só participem os colaboradores que assim desejarem e sentirem necessidade. Além dos cursos de capacitação profissional, ética no trabalho, desmistificando estereótipos e preconceitos, pensar na formação de profissionais capacitados para lidar com população em situação de rua e demais vulnerabilidades sociais, e ofertar um espaço de cuidado para profissionais que trabalham com esses indivíduos, é pensar em políticas públicas de atenção integral para essa população também.

Reforçamos, ainda e por fim, a grande importância do psicólogo nesse espaço, onde, segundo Moraes e Macêdo (2020, p. 02):

> (...) a contribuição do psicólogo social torna-se imprescindível, atuando como facilitador junto à população em situação de vulnerabilidade, ou seja, fomentando os questionamentos sobre sua vida e trazendo à tona as suas possibilidades de traçar caminhos de ruptura com o ciclo repleto de becos e viadutos, buscando uma maneira possível de tornar a autonomia uma realidade.

A partir da fala de Moraes e Macêdo (2020), a atuação do psicólogo se torna imprescindível para o trabalho com a população em situação de rua, visto que esses profissionais podem trazer contribuições e reflexões sobre novos caminhos a se traçar, inclusive diante/junto aos colegas profissionais que constroem a prática profissional nas políticas públicas cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da experiência vivida, tivemos contato com relatos que necessitam de reflexão e apresentação à sociedade, por tamanha importância que trazem essas histórias, sejam elas vistas do lugar de trabalhador que lida diariamente com as mazelas que a precarização de direitos básicos acarreta, seja do lugar de ouvinte tocado pelas experiências vividas, ou do lugar de profissional que acolhe e lida com o sentimento que permeia essas circunstâncias: o sofrimento. Esse sentimento se fez presente durante toda a experiência do estágio, o que nos leva a algumas considerações sobre aspectos da instituição, do público atendido, das políticas públicas que sustentam o serviço e dos trabalhadores que executam suas atividades diariamente.

A primeira delas, diz respeito ao público atendido pelo serviço: a população em situação de rua, tal qual foi exposta no presente estudo, inclusive em políticas e leis que caracterizam essa parcela da sociedade e descrevem direitos que elas possuem, ou deveriam possuir. A exclusão dessas pessoas nos níveis sociais é gritante, por serem indesejados e demonstrarem o que a sociedade não quer enxergar, as condições de vida precárias, direitos básicos negados e a indiferença com a condição humana. Essa segregação dificulta o acesso dessas pessoas a locais necessários, como hospitais, restaurantes e órgãos públicos, além do estigma que carregam até mesmo quando precisam acionar serviços públicos.

Conforme afirmam Carvalho *et al.* (2021), precisamos compreender que o espaço da rua não é constituído por pessoas iguais e sem histórias, mas por indivíduos complexos dotados de sentimentos e vida. É preciso que compreendamos e enxerguemos esses sujeitos que bravejam a partir das desigualdades impostas, mas

só vamos conseguir ouvi-los se pararmos para escutar e enxergar os ditos "invisíveis".

No que diz respeito às ações de políticas públicas, elas nascem conforme a demanda da sociedade. Mediante a leitura dos documentos que as caracterizam, percebemos que elas trazem ideias e fundamentos baseados no acesso a direitos iguais para todas as pessoas, porém a prática não condiz com o que está posto, pois a maioria das ações se delimitam em tutela, o que ocasiona a inação perante a alteração da situação de pobreza e exclusão social. Desta forma, ressaltamos a importância de que todos os órgãos responsáveis e demais serviços estejam engajados no mesmo propósito, que é o de ofertar atendimento de qualidade e melhores condições de vida a esses indivíduos.

Por sua vez, a experiência vivenciada junto aos trabalhadores e à instituição supracitada veio demonstrar alguns pontos, sendo o primeiro deles a questão do processo de gestão de políticas públicas, o qual precisa ser revisitado, pois as ações desse setor acabaram esbarrando nas práticas cotidianas. Em relação aos orientadores sociais, embora a literatura não aborde especificamente esta função e sim a de educadores, fica exposto nas falas dos trabalhadores a grande rotatividade dentro da instituição, a vivência diária com o sofrimento do outro e falta de capacitação técnica para a prática desse ofício, sendo que eles devem realizar uma abordagem engajada, com propósito e que tenha como horizonte ações transformadoras, ainda que em níveis primordiais.

Em suma, a partir dessa prática, conseguimos visualizar o retrato atual das condições humanas da sociedade, em sua pluralidade e em suas desigualdades, palco para que a Psicologia se torne cada vez mais presente nesses e em tantos outros espaços, sendo na forma de acolhimento, escuta ativa e mediação de sofrimentos e angústias trazidas pelos profissionais e assistidos em políticas públicas para a população em situação de rua. Destacamos

a necessidade de mais relatos acadêmico-científicos sobre o ofício de orientador social, e a necessidade de explorar as histórias positivas, negativas e coletivas interligadas, que se dão entre os profissionais e essa população, mesmo na forma de Relatos de Experiência, como o que se apresentou.

REFERÊNCIAS

BOTTEGA, C. G.; MERLO, Á. R. C. "Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua". **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 13, n. 2, 2015.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/06/2021.

BRASIL. **Lei n. 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/06/2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009a**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/06/2021.

BRASIL. **Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009b**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/06/2021.

CARVALHO, E. L. *et al*. "Psicologia Social Comunitária e Saúde da População em Situação de Rua: Vivências da Psicologia à Redução de Danos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. "Relato de Experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 19, n. 1, 2019.

DRUMONT, M. P. "Elementos para uma análise do machismo". **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, vol. 3, 1980.

MACÊDO, S. "Políticas Públicas: o que são e para que existem". **Portal Eletrônico da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE)** [16/11/2018]. Disponível em: <http://al.se.leg.br>. Acesso em: 13/06/2021.

MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). **Direitos do Morador de Rua: Um Guia na Luta pela Dignidade e Cidadania**. Belo Horizonte: MPMG, 2010.

MORAES, D. J.; MACÊDO, C. M. V. "Caminhos da Autonomia: Grupo Reflexivo com Ex-Moradores de Rua". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 40, novembro, 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

SENHORAS, E. M. "O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. "Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 38, n. 4, 2018.

SILVA, S. C.; BERTO, R. C.; ROMERA, L. A. "Trajetórias de vida e formação de educadores sociais nos Centros Pop da Região Metropolitana de Vitória/ES". **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 29, n. 111, 2021.

STUCKY, R. M. M. “As Políticas Públicas e a Exclusão na Conquista do Direito Universal à Saúde”. *In*: BONETI, L. W. (org.). **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

CAPÍTULO 6

A Psicologia na Rua:
Inquietações, Estereótipos e Desafios na
Atuação Profissional com Pessoas em Situação de Rua

A PSICOLOGIA NA RUA: INQUIETAÇÕES, ESTEREÓTIPOS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Amanda Tamura Figueiredo

Joyce Henrique Santos Cabral

Sara Leticia de Sousa Febraio

Renan Vieira de Santana Rocha

Segundo censo realizado pela Prefeitura de São Paulo, a população de rua na cidade saltou de 15.905, em 2015, para 24.344 em 2019 – um aumento de 53% no período. De acordo com o perfil levantado, os fatores que levaram essas pessoas às ruas foram o desemprego, renda, conflito familiar, uso abusivo de álcool e outras drogas, migração, saúde e crise econômica. Nessa direção, o primeiro conceito a ser levantado é o que classifica essa população, sendo ele disposto no Decreto nº. 7.053, de dezembro de 2009, Art. 1º, parágrafo único, onde se diz que:

> considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Analisando esse grande salto na quantidade de pessoas em situação de rua e a definição dessa classe, é importante trazermos em transparência o que a Constituição Federal de 1988 garante à população como direito fundamental:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

No mesmo sentido, o Art. 196 dispõe que:

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Em paralelo a esses Artigos fundamentais previstos na Constituição, destacamos dentro do Decreto nº. 7.053, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, os Arts. 5º, 6º e 7º e seus incisos:

> 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:
>
> I - respeito à dignidade da pessoa humana;
>
> II - direito à convivência familiar e comunitária;
>
> III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

> IV - atendimento humanizado e universalizado; e
>
> V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.
>
> 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:
>
> V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
>
> 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:
>
> VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
>
> XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
>
> XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
>
> XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Diferentemente daquilo que é previsto em Lei, foi observado durante as práticas de um Estágio Supervisionado Específico em Psicologia Institucional em um Centro de Acolhida no Estado de São Paulo que, em síntese, o que prevê a lei é uma realidade não

consolidada. Um dos reflexos intensos que encontramos é a falta de atribuição de valor à vida, identidade e autonomia, de forma que os moradores que ali residem se submetem a situações deploráveis, tendo que se contentar com o mínimo que é oferecido pela instituição e pelo poder público "que cinicamente segue nos afirmando como todos nós somos 'iguais perante a lei', enquanto no cotidiano se revela que a lei entre nós se dobra e se curva, às vezes fazendo malabarismos para aliviar o seu peso" (SILVA, 2016, p. 18).

Ali nos deparamos com diversas histórias e experiências relatadas, tanto pelos moradores que residem desde uma pernoite, há anos na instituição; quanto dos trabalhadores que mantêm o funcionamento da mesma. As queixas que foram observadas durante os encontros voltavam-se para questões referente à saúde biológica e mental das pacientes, o abandono parental e institucional, o preconceito com a situação em que se encontram, a falta de oportunidades no meio social – desde trabalho remunerado a estudos e cursos profissionalizantes – e a falta de recursos e meios para se tornar possível aquilo que era desejado por ambas as partes (moradores, educadores, Assistentes Sociais e Psicólogos).

O presente trabalho, estruturado sob o formato de um relato de experiência, foca-se, então, na vivência de moradoras de um Centro de Acolhida, delimitando os seguintes temas: estereótipos atribuídos e sua influência nas dimensões biopsicossocial, e o papel da Psicologia na Instituição – como é vista (ou não vista), sua importância e seu funcionamento. O processo de acompanhamento das estagiárias ocorreu entre março e maio de 2021, por meio de observação participante, realizando escutas terapêuticas individuais com algumas das moradoras.

O relato de experiência foi a metodologia utilizada, e após cada encontro as estagiárias escreviam diários de campo para registro de suas percepções. Daltro e Faria (2019) destacam:

> (...) a importância do Relato de Experiência – RE, como mais uma possibilidade de criação de narrativa científica, especialmente no campo das pesquisas capazes de englobar processos e produções subjetivas, como é o caso da psicologia e das ciências humanas aplicadas, entre outras (DALTRO; FARIA, 2019, p. 224).

Isso posto, "demarca-se assim a experiência como objeto de análise do RE, uma fonte inesgotável de sentidos e possibilidades passíveis de análises" (DALTRO; FARIA, 2019, p. 227). A escolha por essa metodologia se justifica por se referir:

> (...) a uma construção teórico-prática que se propõe ao refinamento de saberes sobre a experiência em si, a partir do olhar do sujeito- pesquisador em um determinado contexto cultural e histórico. Sem a pretensão de se constituir como uma obra-fechada ou conjuradora de verdades, desdobra-se na busca de saberes inovadores (DALTRO; FARIA, 2019, p. 228).

A análise qualitativa do referido artigo tem como objetivo explorar tanto a estrutura psicológica das residentes quanto a estrutura da própria instituição em relação às mulheres que ali residem – sempre a partir do olhar e das experiências das/os autoras/es. Largadas na marginalidade, muitas vezes invisíveis aos olhos de grande parte da sociedade, essa população específica também tem suas necessidades e precisam de cuidados para uma dignidade mínima, assim as estagiárias procuraram oferecer acolhimento e se aprofundar nas demandas sociais, pois é relevante que questões sejam discutidas a fim de se tornarem práticas; ou seja, quanto mais pesquisas, mais aprimoramentos e mais próximos

estaremos de concretizar uma diminuição de desigualdade social, levando informações e lutando por nossos direitos.

OBJETO INSTITUCIONAL DA PESQUISA

Caracterização Geral da Instituição:

O Centro de Acolhida em questão surgiu na década de 80, através de trabalhos sociais, que consistiam em servir alimentação como café da manhã e almoço para cerca pessoas em situação de rua, realizados através de uma entidade religiosa. No início da década de 90, foi notado pela Secretaria de Assistência Social que realizou uma proposta de melhoria sobre a estrutura das atividades, crescendo e desenvolvendo-se ainda mais, em termos de projeto, deste ponto, associado a políticas públicas. Em 2014 o projeto passou por uma mudança de localidade e nova ampliação e, finalmente, em 2019, passou por nova mudança, dobrando os atendimentos realizados atualmente, onde recebem 350 pessoas por mês e em torno de 4.200 por ano, sendo homens e mulheres da região de abrangência.

Hoje a instituição comporta 200 pessoas fixas, sendo 70 mulheres e 130 homens, oferecendo um serviço ininterrupto, com estrutura de 02 dormitórios – um masculino e outro feminino –, sanitários individuais, refeitório e pátio compartilhados. Os moradores da instituição possuem horário de entrada e saída para o cumprimento de atividades externas (trabalho, estudo, consultas, etc.), das 08h às 20h, uma vez que só é permitida a entrada após esse horário dos colaboradores que possuírem um documento de permissão fornecido pela administração do Centro de Acolhida. Também há horário para as refeições do café da manhã, do almoço e da janta, além de 02 dias fixos da semana para uso da lavanderia.

Acontece o horário do silêncio das 22h às 6h e a partir das 8h os quartos são trancados.

No presente momento, o serviço conta com a presença de um conjunto de funcionários, a saber: Gerente, Assistente Técnico, Assistentes Sociais, Psicólogo, Orientadores Socioeducativos, Copeiros, Auxiliares de Limpeza e Técnico em Manutenção.

De acordo com entrevista inicial, a instituição tem vínculo com o Consultório na Rua, em nível da saúde, e é conveniada com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), além de permanecer fazer parte de seu movimento religioso originário. A instituição faz uso do SISA – Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários – atualizando diariamente o banco de dados do sistema e o prontuário dos respectivos moradores.

Por fim, cumpre dizer que a instituição tem como objetivo promover a recuperação da autoestima, integração grupal e reorganização da vida. Promover orientação socioeducativa, desenvolvendo a cooperação, a criatividade, a responsabilidade e a organização, buscando, dessa forma, refletir a realidade vivenciada pela população; estimular reflexão sobre competição e responsabilidade de viver. Além disso, em grupo, buscam oferecer passeios a grupos específicos para reinserção na sociedade e recuperação do indivíduo para inserção no mercado de trabalho, cadastramento e encaminhamento para empregos e cursos profissionalizantes. Buscam prestar atendimento individual e grupal, oferecendo palavras de apoio, ânimo e esperança.

Levantamento e Análise da Demanda Institucional

A princípio, o projeto inicial do estágio era de realizar um acompanhamento semanal observando como se dá o trabalho da

Psicologia dentro da Instituição, todavia notou-se a necessidade – que muitas vezes partia das próprias moradoras – de uma escuta terapêutica e acolhimento. Por conseguinte, iniciou-se um trabalho de intervenções individuais promovendo escuta com as residentes que buscavam pelas estagiárias.

Devido à situação atual do novo coronavírus, SARS-CoV-2, responsável pela pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - COVID-19 (SENHORAS, 2021), seguindo as normas preventivas de evitação de aglomeração estabelecidas pela prefeitura, o Centro de Acolhida teve que suspender atividades e grupos, o que gerou uma lacuna na rotina dessas pessoas e que pediam por "algo que ocupasse a mente" (fala de uma das moradoras).

Observa-se, contudo, que há uma alta rotatividade, assim dificultando a criação de vínculos dentro do abrigo formando um isolamento mais extenso do que o físico. A ausência do apoio mútuo entre as usuárias pode ser interpretada como um reflexo da falta de suporte por parte interna da instituição, que não possui a estrutura ideal para atender a todos, com uma equipe pequena em (des)proporção ao número de usuários, o que nos remete à realidade de diversas dificuldades de nossas políticas públicas para implementar os devidos direitos e cuidados para uma dignidade mínima à condição humana.

Em recorte à ocupação da Psicologia, se vê que muitos não têm ideia do que se trata, várias usuárias não conheciam o papel desse cargo e suas funções, além de desconhecerem o profissional representante dessa área. Assim, urgia a necessidade de uma escuta qualificada voltada para quem precisa falar, motivando as estagiárias a realizar esse tipo de intervenção durante o processo de estágio, tornando o próprio fazer da Psicologia conhecido naquele cenário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O RELATO DA EXPERIÊNCIA EM SI

O estágio se desenvolveu em nove (09) encontros, começando com uma entrevista inicial com o Psicólogo tutor que contou sobre a caracterização da instituição e no percurso dos encontros presenciais as estagiárias tiveram acesso ao dormitório feminino, onde, desde o início, foram abordadas por parte das moradoras que demonstravam interesse na presença das estudantes. No total foram nove mulheres atendidas, dessas foi possível realizar mais de um encontro com quatro delas, e com as demais não foi possível um segundo encontro, pois as mesmas não se encontravam mais como residentes da instituição.

Não há uma causa específica que leve as pessoas a procurar um abrigo, e não é o intuito levantar algum motivo em especial, pois, como se sabe, somos todos seres múltiplos formados por camadas e dimensões tanto internas quanto externas, sendo assim impossível existir apenas uma única razão, entretanto é dever – como estudantes de Psicologia e cidadãos – analisar os contextos em que se encontra o referido público-alvo: a população em situação de rua.

De modo geral, essas pessoas carregam consigo estereótipos e preconceitos impostos pela sociedade, que partem desde “moradores de rua” a “usuários de droga”, "mendigos", “pessoas sem teto”, “um coitado”, entre outros conceitos e ideias, tornando-os uma parte considerada “invisível” do meio social. Entretanto, o que não é observado e nem levado em consideração é o que levou tal pessoa a estar nessa situação e condição de vida, questão essa de vulnerabilidade social, fazendo-o com que assuma uma identidade social. Segundo Goffman (1988, p. 24 *apud* RODRIGUES, 2015, p. 39) a sociedade estabelece “identidades sociais” que permitem gerar atributos ao sujeito, inclusive o estigma. O estigma é um mecanismo

de identificação a priori do indivíduo, que permite seu conhecimento sem a necessidade de que um contato mais do que superficial seja com ele realizado, tendo em vista o enquadramento a categorizações de antemão estabelecidas pela sociedade (GOFFMAN, 1988, p. 149 *apud* RODRIGUES, 2015, p. 39-40).

Através dos relatos colhidos em estágio, percebe-se que são diversos fatores que contribuem para tal situação, e destacam-se doenças, conflitos familiares, relacionamentos abusivos, desemprego e, provavelmente, um novo tópico a ser aprofundado em futuras pesquisas: a pandemia da COVID-19.

> Trata-se de um grupo que sofre uma sobreposição de situações de exclusões e de desvinculações nas dimensões: sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana. Acumula estereótipos de uma tipificação, socialmente, construída; são indivíduos considerados supérfluos e desnecessários à vida social, que convivem ao lado do lixo humano e são descartados de maneira semelhante aos resíduos sólidos, como bem afirmam Varanda e Adorno em 'Descartáveis Urbanos' (PAIVA *et al*., 2016, p. 2602).

Também é de grande valia ressaltar a respeito da necessidade de falar e, ademais, de ser escutada. É nessa conjuntura que entra o papel que as estagiárias se propuseram a exercer, de realizar essa escuta mais terapêutica, e de prestar a função continente. Concebida por Bion, "que partiu da noção de que para todo 'conteúdo' (composto por uma massa de necessidades, angústias, objetos ameaçadores, etc.) que necessita ser projetado, deve haver um 'continente' receptor" (ZIMERMAN, 2010, p. 68), a função continente serve como instrumento de suporte para auxiliar nos processos de identificações projetivas e, assim, as estagiárias podem

servir como apoio aos fenômenos da vida psíquica das moradoras que encontram-se em estados de desamparo.

Entretanto, para atingir esse objetivo, há também a necessidade de recepção e abertura por parte das residentes, e claramente muitas evitam, e poderiam se interpretar e citar hipóteses como fuga de enfrentamento, esquiva da dor, medo do apego e abandono. De acordo com Bowlby, o apego seria:

> (...) um mecanismo básico dos seres humanos, ou seja, é um comportamento biologicamente programado, como o mecanismo de alimentação e da sexualidade, e é considerado como um sistema de controle homeostático, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005, p. 14).

Em suma, a teoria do apego "corresponde a uma necessidade de proteção e segurança" (BOWLBY, 1973/1984 *apud* DALBEM; DELL'AGLIO, 2005, p. 15), e estudos demonstram que os padrões estabelecidos na infância influenciam nas diversas fases do ciclo vital, "sendo que as relações parentais e rupturas de vínculos primários por perda ou abandono têm um impacto transcendente ao desenvolvimento individual" (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005, p. 16), e percebe-se isso pelos relatos das moradoras, que em seu histórico trazem sofrimentos de abandono.

Já a escuta terapêutica "apresenta-se como uma estratégia de comunicação essencial para a compreensão do outro, pois é uma atitude positiva de calor, interesse e respeito, sendo assim terapêutica" (MESQUITA; CARVALHO, 2014, p. 1128). Portanto, essa se transforma em uma intervenção, se evidenciando como "um

componente do processo de criação de vínculo e do processo terapêutico" (SOUZA; SILVEIRA, 2019, p. 25).

> Destaca-se, nesse sentido, tendo em vista as discussões geradas pelo processo de Reforma Psiquiátrica que levaram à introdução de novos dispositivos de atenção e cuidado ao sujeito em sofrimento psíquico, a escuta terapêutica como uma tecnologia leve-dura potencialmente capaz de aprimorar o cuidado prestado a esse público. Transcende-se, pela escuta terapêutica, ouvir o que o sujeito tem a dizer, constituindo um dispositivo de construção de sentidos a partir do relato do paciente que viabiliza a minimização da angústia e sensação de incapacidade, proporcionando, assim, sentimento de apoio e inclusão (NASCIMENTO *et al*., 2020).

A respeito do conteúdo ouvido a partir da escuta terapêutica das diversas moradoras do CA, depara-se com doenças que de algum modo as impossibilitam de trabalhar, assim não gerando uma renda própria a fim de se sustentar e muito menos de garantir a privacidade, segurança e aconchego de uma moradia que não o abrigo. Um dos casos é de M. que possui incontinência urinária grave, e não a deixa mais exercer sua função de babá, pois a doença não permite que M. aguente muito tempo para poder cuidar de crianças, muitas vezes urinando na própria roupa. M. reclama do próprio cheiro, e diz se sentir envergonhada de ficar próxima às outras pessoas pois se incomodam com o cheiro. M. relata que essa doença "controla sua vida" e apresenta pensamentos de ideação suicida.

Outros casos de moradoras afetadas por doenças são: M.A., 62 anos, que sofreu um derrame e perdeu a visão de um dos olhos; e L., 52 anos, que relata bipolaridade e esquizofrenia. Ambas, mesmo procurando por serviços específicos, sentem-se abandonadas e

angustiadas por não resolverem suas situações. Além do mais, "segundo dados do Ministério da Saúde (2013), a esquizofrenia se enquadra como uma das principais causas de incapacitação entre jovens e adultos em todo país, afetando aproximadamente 1% da população no mundo inteiro" (BARROS *et al*., 2019, p. 165).

Similarmente, as residentes K. (55 anos) e F. (42 anos) relatam que passaram por "crises" e "surtos", e demonstram significativa insegurança de voltarem a sofrer com esses momentos específicos. K. sente muito medo do CA a transferir em consequência de algum possível comportamento advindo de um surto, medo esse que foi reforçado pela instituição anterior, que a expulsou após uma atitude agressiva de uma crise, desencadeada por conflitos familiares. Revisitando sua história de vida, K. narra sobre sua criação conturbada, em meio a 9 irmãos, por brigas, em que seu pai agredia fisicamente a mãe, e citou um irmão – já falecido – que a agrediu por sua orientação sexual. Enquanto F. conta que passou a maior parte de sua vida presa em casa, onde seu pai era o mantenedor, até o momento em que ele faleceu. Então, a partir daí, F. se encontra desamparada, sem contar com auxílio da mãe e irmãs, e sem condições financeiras para sustentar uma moradia sozinha. Em contraposição a esse histórico, F. ainda sonha em constituir uma família. Já passou por duas relações, nas quais engravidou, porém, sofreu aborto em ambas as gestações. O abandono familiar visto nesses relatos é uma realidade muito comum entre a maioria dessa população. Assim como o abandono institucional, onde poderiam encontrar informações e ser encaminhadas aos serviços as quais tem direito como cidadãs. "Certamente, a invisibilidade é um dos graves problemas que assola essa população e impede que ela tenha seus direitos reconhecidos" (BRASIL, 2014, p. 09).

> Outro ponto importante, refere-se à desarticulação das políticas entre si, promovendo o agenciamento da

> exclusão, uma vez que os serviços de diferentes setores se comunicam apenas para 'encaminhar o usuário' ou 'transferir' a responsabilidade, promovendo constantemente desassistência pela precária ou inexistente corresponsabilização entre os diferentes setores pelos muitos usuários em situação de rua que chegam aos serviços (AMORIM; NOBRE, 2018, p. 348).

Somando-se ao que foi dito anteriormente, da mesma forma, é de significativa relevância aludir o trabalho do psicólogo dentro da mencionada instituição, onde a atuação do profissional é limitada, muitas vezes sendo desconhecido pelas usuárias. O que leva à reflexão sobre o papel da Psicologia no meio institucional.

> O discurso oficial da Psicologia (CREPOP, 2008) tematiza qual seria o campo específico do psicólogo no âmbito da Assistência Social: ele atuaria no plano da experiência subjetiva do sujeito, sem adjetivá-la, sem defini-la ou explicitá-la (BENELLI, 2014, p. 277).

Talvez essa ausência prescritiva de definição da atuação do psicólogo é um dos fatores que contribui para a falta que se dá no trabalho prático do mesmo, que se encontra nas amarras internas da própria instituição, não facilitando uma devida ampliação institucional com os funcionários e usuários, e dificultando as relações intersetoriais, expondo, assim, a realidade delicada das políticas públicas no Brasil atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se como deveras relevante na experiência realizada, aproximar-se da realidade das pessoas que se encontram em situação de rua, conhecendo suas demandas, presenciando o funcionamento institucional de um Centro de Acolhida e como se dá, de fato, a prática de serviços e políticas públicas. No processo prático, foi deparado com as dificuldades externas dadas pela pandemia, uma vez que houve limitações de horários, restrições e cuidados básicos a serem tomados, tendo em vista a disponibilidade no modelo presencial. Internamente os desafios encontrados foram as desarticulações entre setores, limitações dentro da instituição e falta de suporte dos serviços públicos.

Sugere-se para os futuros projetos realizados em instituições deste perfil, a ampliação e a humanização do trabalho institucional, compartilhando informações como os direitos de cidadania, melhorias nos serviços públicos ofertados dando ênfase no território, trabalhar processos internos como questões de identidade, saúde individual, autonomia financeira e autoestima, de forma acolhedora.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. K. A.; NOBRE, M. T. “Pesquisa-intervenção, políticas públicas e movimentos sociais: uma experiência junto à população em situação de rua”. **Psicologia Política**, vol. 18, n. 42, maio, 2018.

BARROS, D. R. et al. “Esquizofrenia e uso abusivo de álcool e outras drogas: uma relação”. **Temas em Saúde**, vol. 19, n. especial, março, 2019.

BENELLI, S. J. "As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social". **Estudos de Psicologia**, vol. 31, n. 02, junho, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativo do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/10/2021.

BRASIL, **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/10/2021.

BRASIL. **Saúde da População em Situação de Rua** – Um Direito Humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 28/10/2021.

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. "Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento". **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 57, n. 01, junho, 2005.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. "Relato de Experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 19, n. 01, abril, 2019.

MESQUITA, A. C.; CARVALHO, E. C. "A Escuta Terapêutica como estratégia de intervenção em saúde: uma revisão integrativa". **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol. 48, n. 06, dezembro, 2014.

NASCIMENTO, J. M. F. *et al.* "Escuta Terapêutica: uma tecnologia do cuidado em saúde mental". **Revista de Enfermagem UFPE Online**, vol. 14, e244257, março, 2020.

PAIVA, I. K. S. et al. “Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática”. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 08, agosto, 2016.

RODRIGUES, I. S. **A construção social do morador de rua**: o controle simbólico da identidade (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Juiz de Fora: UFJF, 2015.

SANTOS, L. N. **A Psicologia na Assistência Social**: Convivendo com a Desigualdade. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

SENHORAS, E. M. “O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

SOUZA, S. A. L.; SILVEIRA, L. M. C. “(Re)Conhecendo a Escuta como Recurso Terapêutico no Cuidado à Saúde da Mulher”. **Revista Psicologia e Saúde**, vol. 11, n. 01, abril, 2019.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos Psicanalíticos.** Porto Alegre: ArtMed, 2010.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alicia Schmoeller Bernardo é graduanda em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo/SP. Tem experiência em Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) do Estado de São Paulo. E-mail para contato: alicia.schmoeller@gmail.com

Amanda dos Santos Lima é psicóloga, graduada pela Universidade Salvador (UNIFACS), em Salvador/BA. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Programa Corra Pro Abraço, no Estado da Bahia. E-mail para contato: amandasanttos@outlook.com.br

Amanda Tamura Figueiredo é graduanda em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo/SP. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Centro de Acolhida (CA) do Estado de São Paulo. E-mail para contato: amanda9figueiredo@gmail.com

Anderson Felipe Souza Alves é psicólogo, graduado pela Universidade Salvador (UNIFACS), em Salvador/BA. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Programa Corra Pro Abraço, no Estado da Bahia. E-mail para contato: felipelpalves@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Damiana Denise do Nascimento é graduanda em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo/SP. Tem experiência em Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) do Estado de São Paulo. E-mail para contato: ddenise198532@gmail.com

Diele Santos da Paixão é psicóloga, graduada pela Universidade Salvador (UNIFACS), em Salvador/BA. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Programa Corra Pro Abraço, no Estado da Bahia. E-mail para contato: di.paixao195@gmail.com

Edcleia Lopes de Carvalho é psicóloga, graduada pela Universidade Salvador (UNIFACS), em Salvador/BA. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Programa Corra Pro Abraço, no Estado da Bahia. E-mail para contato: edcleiacarvalho@gmail.com

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues é psicólogo. Especialista em Psicoterapia Clínica Analítica e mestrando em Saúde Coletiva. Ex-Supervisor de Equipe do Programa Corra Pro Abraço (da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia – SJDHDS/BA). E-mail para contato: ialobosr@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Joyce Henrique Santos Cabral é graduanda em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo/SP. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Centro de Acolhida (CA) do Estado de São Paulo. E-mail para contato: joycecabral-1.8@outlook.com

Mayara Fortunato Mendes é graduanda em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo/SP. Tem experiência em Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) do Estado de São Paulo. E-mail para contato: mafortunato.mendes@gmail.com

Renan Vieira de Santana Rocha é psicólogo Sanitarista. Mestre e Doutorando em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), em São Paulo/SP. E-mail para contato: renanvsr@gmail.com

Sara Leticia de Sousa Febraio é graduanda em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo/SP. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Centro de Acolhida (CA) do Estado de São Paulo. E-mail para contato: saraleticiasf@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Thaís da Silva Costa Santiago é psicóloga, graduada pela Universidade Salvador (UNIFACS), em Salvador/BA. Tem experiência em estágio na área de Psicologia e População em Situação de Rua, atuando no Programa Corra Pro Abraço, no Estado da Bahia. E-mail para contato: psi.thaisantiago@outlook.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022